

M

MESTRADO
AUDITORIA

O impacto da tecnologia,
na prova de Auditoria e
as suas implicações no
Ceticismo Profissional
do Auditor: Relatório de
Estágio

Ana Clarisse Pais Pessoa

2023/2024

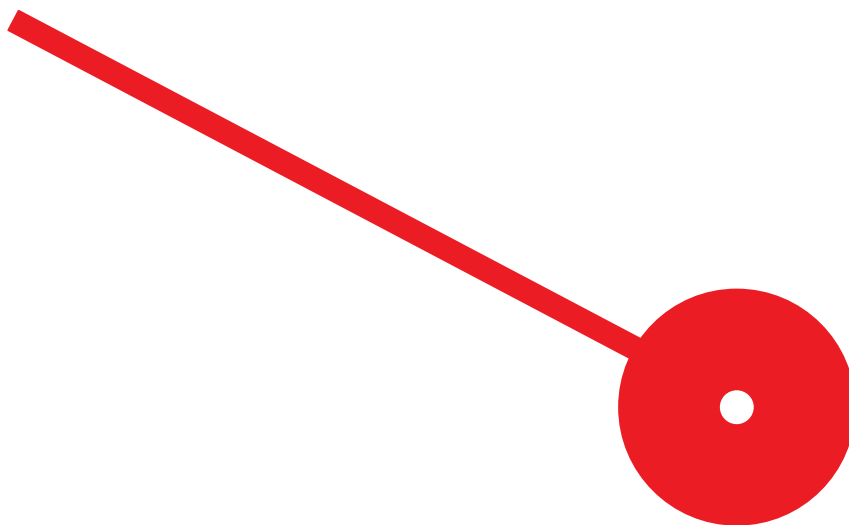
Ana Clarisse Pais Pessoa. O impacto da tecnologia, na prova de Auditoria e as suas implicações no Ceticismo Profissional do Auditor: Relatório de Estágio
2023/2024

M MESTRADO
AUDITORIA

O impacto da tecnologia,
na prova de Auditoria e
as suas implicações no
Ceticismo Profissional
do Auditor: Relatório de
Estágio

Ana Clarisse Pais Pessoa

**Relatório de Estágio apresentado ao
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do
grau de Mestre em Auditoria, sob
orientação de Dr.^a Mónica D'Orey.**



Agradecimentos

A elaboração deste relatório marca a etapa final do meu percurso académico para a obtenção do grau de mestre em Auditoria e não teria sido possível sem o apoio e contribuição de várias pessoas, às quais desejo expressar os meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de agradecer ao Dr. Pedro Almeida, o meu orientador na sociedade "MGI & Associados, SROC", assim como ao Dr. Joel Moura, à Dr.^a Alice Martins e à Dr.^a Manuela Ferreira, por me proporcionarem a oportunidade de realizar um estágio tão desafiador e gratificante.

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão à minha orientadora, Dr.^a Mónica D'Orey, por aceitar o desafio de me orientar ao longo deste percurso. A sua constante disponibilidade e acessibilidade para esclarecer dúvidas foram inestimáveis, a sua dedicação e empenho serviram como uma fonte constante de inspiração e motivação, proporcionando-me a confiança necessária para superar os desafios encontrados ao longo desta jornada académica.

Um agradecimento final a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para esta fase tão importante da minha vida.

Resumo:

No cenário contemporâneo da auditoria, a tecnologia emergiu como um catalisador de mudanças profundas, redefinindo não apenas os métodos de recolha e análise de dados, mas também os fundamentos do ceticismo profissional do auditor.

Para ilustrar essa dinâmica, foi realizado um estudo de caso baseado num estágio profissional que investigou o impacto da tecnologia na prática da auditoria. Utilizando uma metodologia qualitativa, o estudo examinou detalhadamente as atividades realizadas durante o estágio e os conhecimentos adquiridos ao longo desse processo.

As principais conclusões indicam que a tecnologia está a tornar-se cada vez mais relevante no campo da auditoria, oferecendo inúmeras vantagens, como a capacidade de analisar grandes volumes de dados com precisão e eficiência. No entanto, essa crescente dependência da tecnologia também apresenta desafios significativos, incluindo questões relacionadas com a prova de auditoria. Um dos principais é a preocupação de que os novos auditores possam perder a habilidade de realizar certas tarefas essenciais. Além disso, os altos custos associados à implementação e manutenção de sistemas de Inteligência Artificial representam uma desvantagem considerável.

Portanto, enquanto a tecnologia continua a transformar o campo da auditoria, é essencial que os profissionais mantenham um equilíbrio entre a adoção de inovações tecnológicas e a preservação do ceticismo e julgamento profissional. Isso requer uma abordagem cautelosa e crítica ao integrar novas tecnologias nos processos de auditoria, garantindo que os princípios fundamentais da profissão sejam preservados e adaptados às rápidas mudanças do ambiente digital, para o qual a ED – 500 visa contribuir.

Assim, este estudo pretende contribuir para a Academia e sobretudo para os profissionais de Auditoria ao lançar o debate sobre se o ceticismo profissional é posto em causa com o avançar da integração destas tecnologias na prática da auditoria.

Palavras chave: Prova de Auditoria, Ceticismo Profissional, Tecnologia e ED - 500

Abstract:

In the contemporary audit landscape, technology has emerged as a catalyst for profound changes, redefining not only data collection and analysis methods but also the fundamentals of professional skepticism for auditors.

To illustrate this dynamic, a case study based on a professional internship was conducted to investigate the impact of technology on auditing practice. Using a qualitative methodology, the study examined in detail the activities carried out during the internship and the knowledge acquired throughout the process.

The main findings indicate that technology is becoming increasingly relevant in the field of auditing, offering numerous advantages, such as the ability to analyze large volumes of data with precision and efficiency. However, this growing reliance on technology also presents significant challenges, including issues related to audit evidence. One major concern is that new auditors may lose the ability to perform certain essential tasks. Additionally, the high costs associated with the implementation and maintenance of Artificial Intelligence systems represent a considerable disadvantage.

Therefore, while technology continues to transform the field of auditing, it is essential for professionals to maintain a balance between adopting technological innovations and preserving professional skepticism and judgment. This requires a cautious and critical approach when integrating new technologies into audit processes, ensuring that the fundamental principles of the profession are preserved and adapted to the rapid changes of the digital environment, to which ED-500 aims to contribute.

Thus, this study aims to contribute to Academy and, above all, to Audit professionals by sparking the debate on whether professional skepticism is compromised as these technologies are increasingly integrated into auditing practice.

Key words: Audit Evidence, Professional Skepticism, Technology, and ED - 500

Índice geral

Capítulo - Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento teórico	3
1 Auditoria Financeira	4
2 Responsabilidade e Função do Auditor	4
3 Independência do Auditor	6
4 Ceticismo profissional	7
5 Julgamento profissional.....	8
5.1 Aplicação do julgamento profissional ao longo do trabalho de Auditoria...	9
5.2 Principais Fatores que influenciam o julgamento profissional.....	11
6 Prova de Auditoria.....	12
6.1 Tipos de Prova de Auditoria.....	13
7 ISA 500 vs ED – 500 (principais alterações e implicações práticas).....	14
8 Relação entre Risco, Materialidade e Prova de Auditoria.....	24
9 A tecnologia em Auditoria	25
9.1 A Perceção dos Auditores sobre a Digitalização da Profissão	26
9.2 Tipos de IA	28
9.3 A implementação da Tecnologia na Auditoria	29
9.3.1 Técnicas de auditoria assistidas por computador	30
9.3.2 Plataformas de Comunicação	31
9.3.3 Data analytics (Big Data)	31
9.3.4 Machine learning	32
9.4 Impactos da IA na auditoria.....	32
9.4.1 Impacto da IA na prova de Auditoria	34
10 A prova de Auditoria, a Tecnologia e o Ceticismo profissional	36
11 O Futuro da Profissão	38
12 Questões de Investigação Motivadas pela Revisão de Literatura.....	39

Capítulo II – Metodologias de Investigação	40
13 Metodologias de Investigação	41
13.1 Metodologia de Investigação Quantitativa	41
13.2 Metodologia de Investigação Qualitativa	42
13.3 Metodologias Utilizadas	43
13.4 Construção das asserções e do Modelo de Análise	44
13.4.1 Modelo de Análise	46
Capítulo III – Estágio, entidade de acolhimento e atividades desenvolvidas.....	48
14 Apresentação da Entidade Acolhedora.....	49
14.1 MGI & Associados, SROC, Lda.	49
14.2 Serviços	49
15 Softwares Utilizados.....	50
15.1 ASD- Software para Auditores Financeiros	50
15.2 SAF-T	52
15.3 Automatização na Introdução do SAF-T.....	52
15.4 Circularização /ASD Confirmation	54
16 Áreas de Trabalho.....	57
16.1 A1A – Ativos Fixos Tangíveis	57
16.2 A1D – Ativos Intangíveis	59
16.3 A1F - Participações Financeiras - Método de equivalência patrimonial....	60
16.4 A2A – Inventários	60
16.5 A2C – Clientes	63
16.6 A2L – Caixa e Depósitos Bancários.....	64
16.7 P1 – Capital Próprio	67
16.8 P3A – Fornecedores	69
16.9 P3C – Estado e outros entes Públicos.....	70
16.10 P3E – Financiamentos Obtidos	72

16.11	P3F – Outras dividas a pagar.....	73
16.12	RA – Vendas e Prestações de Serviços	74
16.13	RF – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	75
16.14	RG – Fornecimentos e serviços externos	76
16.15	RH – Gastos com Pessoal.....	77
16.16	RT – Imposto sobre o Rendimento do Período	78
16.17	Documentos de Prestação de Contas	79
16.17.1	Documentos de Prestação de Contas – Grupos	80
16.18	Contratação Pública.....	80
Capítulo IV – Apresentação e Discussão dos Resultados.....		82
17	Apresentação e discussão dos resultados.....	83
Capítulo V – Conclusão.....		88
18	Conclusão	89
19	Limitações ao Estudo	91
20	Perspetivas Futuras	91
Referências bibliográficas.....		92
Anexos.....		98
	Anexo I – Análise feitos pelo ASD, na importação do SAF-T.....	996
	Anexo II – Índice ASD	99

Índice de Figuras

Figura 1 - Relação entre Risco, Materialidade e Prova	25
Figura 2 - Comparação entre Pesquisa Qualitativa e Quantitativa	41

Índice de Tabelas

Tabela 1 - ISA 500 vs ED-500	16
Tabela 2 - Modelo de Análise.....	47

Lista de abreviaturas

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

AI – Ativos Intangíveis

CFO – Chief Financial Officer

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento

CLC – Certificação Legal de Contas

CMA – Cumulative Monetary Amounts Sampling

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DF – Demonstrações Financeiras

ED-500 – Exposure Draft 500

FIFO – First In, First Out

IA – Inteligência artificial

IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board

IFAC – International Federation of Accounts

IIA - Institute of Internal Auditors

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

ISA – International Standards on Auditing (Normas Internacionais de Auditoria)

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

RCBE – Registo Central do Beneficiário Efetivo

ROC – Revisor Oficial de Contas

SAF-T – Standard Audit File for Tax purposes (Ficheiro Standard de Auditoria Tributária)

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

TAAC – Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador

TI – Tecnologias de Informação

TSU – Taxa Social Única

XML – Extensible Markup Language

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

No cenário em constante evolução da auditoria, a tecnologia tem desempenhado um papel central, influenciando não apenas os métodos de análise, mas também os fundamentos do ceticismo profissional do auditor. Este estudo procura investigar as implicações decorrentes da crescente integração tecnológica na prática da auditoria, abordando aspectos relacionados com a evolução das normas, como a *Exposure Draft 500* (ED – 500), que pretendem adaptar-se à tecnológica e analisar o impacto no ceticismo profissional, visando assegurar a eficácia e integridade dos processos de auditoria.

Para abordar essas questões de forma abrangente e aprofundada, optamos pela análise qualitativa como metodologia de pesquisa. Lindgren et al.(2020) afirmam que a “análise qualitativa pode ser tanto descritiva quanto interpretativa.”, considerando que prioriza a interpretação dos significados por trás dos dados, identificando temas e relações que podem não ser facilmente capturados por métodos quantitativos. Ao adotar essa metodologia, procuramos capturar a riqueza das experiências e perspectivas dos indivíduos/empresas que contribuíram para este estudo. Assim, procura-se, através da observação, entrevista e monitorização das práticas profissionais, explorar, descrever e compreender o tema em análise.

Este estudo tem o potencial de oferecer diversas contribuições significativas para o campo da auditoria, principalmente para os auditores juniores, pois proporciona *insights* sobre a tecnologia, reforçando a necessidade de manutenção do ceticismo profissional. Além disso, ao destacar as vantagens e desafios associados à adoção de tecnologia na auditoria, espera-se auxiliar organizações e profissionais na tomada de decisões informadas sobre a incorporação efetiva de ferramentas tecnológicas nos seus processos. É, ainda, analisada a importância contínua do ceticismo profissional, visando promover a integridade e a qualidade das práticas de auditoria num contexto tecnologicamente avançado. Ao identificar questões relevantes e estimular pesquisas futuras sobre esses temas, procura-se contribuir para o avanço do conhecimento nesta área em constante mudança.

O relatório de estágio será estruturado em quatro partes: uma revisão teórica abrangente, onde serão referidas opiniões de diversos autores, uma segunda parte onde será feita uma descrição detalhada da metodologia utilizada, de seguida será descrito o estágio realizado e, por fim, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 Auditoria Financeira

A Auditoria Financeira, conforme definida pela *International Standards on Auditing* (ISA) 200 é o processo pelo qual são obtidas evidências suficientes e apropriadas para determinar se existem distorções materiais nas demonstrações financeiras. Este processo inclui a conceção e implementação de respostas adequadas aos riscos identificados e resulta na formação de uma opinião do auditor sobre a fidedignidade das demonstrações financeiras. De acordo com as ISA, o auditor deve manter uma atitude de ceticismo profissional, analisar as decisões da administração na aplicação das normas de relatórios financeiros e elaborar conclusões baseadas na evidência obtida, incluindo a avaliação da razoabilidade das estimativas contabilísticas.

De acordo com Almeida (2022), no contexto da auditoria financeira, podemos observar que seu foco reside nas afirmações subjacentes às demonstrações financeiras. O seu propósito primordial é possibilitar que um profissional capacitado e independente emita uma opinião sobre a veracidade das demonstrações financeiras. A ISA 200 apresenta o objetivo da Auditoria como:

“A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável. Na maioria dos referenciais com finalidade geral, essa opinião incide sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, ou dão uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com o referencial. Uma auditoria conduzida de acordo com as ISA e os requisitos éticos relevantes permite ao auditor formar essa opinião.”

2 Responsabilidade e Função do Auditor

O *American Institute of Certified Public Accountants* (2012) prevê que o auditor, além de competências técnicas, deve estar dotado de independência e consciência profissional. Nas tendências regulatórias recentes, acredita-se cada vez mais que a

mudança periódica de auditor favorece a independência do trabalho (Art. 54º da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro DR).

De acordo, com Almeida (2022), muitos utilizadores de informação financeira veem os auditores como os derradeiros responsáveis pelas Demonstrações Financeiras (DF), atribuindo-lhes a responsabilidade e o dever de detetar erros, fraudes e atividades ilegais. Para alcançar esse propósito, o auditor deve desempenhar várias funções e deve estar plenamente ciente de seus direitos e obrigações.

As ISA 240 e 250, indicam que inicialmente cabe à gerência da empresa a prevenção e deteção de fraudes e incumprimentos. No entanto, o auditor deve assegurar-se de obter garantia razoável de fiabilidade, de que as Demonstrações Financeiras não contenham distorções resultantes de fraude ou erro. No caso de identificação, suspeita de fraude, ou de violação de leis e disposições, o auditor tem a obrigação de comunicar prontamente a questão aos responsáveis legais, que normalmente são os órgãos de direção/gestão da entidade.

Além disso, o auditor deve analisar se há incumprimento por parte da administração ou se é necessário relatar a alguma autoridade externa ou ao órgão de supervisão da entidade. Em alguns casos, as obrigações legais exigem a confidencialidade, uma vez que a responsabilidade legal do auditor varia de acordo com a legislação de cada jurisdição, considerando não apenas as normas internacionais (como a ISA), mas também as leis específicas de cada país, conforme referenciado nas ISA 200, 240, 250 e 450 (IAASB, 2015).

Conforme estabelecido na ISA 200, o auditor deve atender às seguintes exigências éticas (IAASB, 2015):

“- Ceticismo profissional – O auditor deve planejar e executar uma auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que originaram que as DF estejam materialmente distorcidas;

- Julgamento profissional – O auditor deve exercer julgamento profissional ao planejar e executar uma auditoria de DF;

- Prova de auditoria suficiente e apropriada e risco de auditoria – Para obter garantia razoável de fiabilidade, o auditor deve obter prova de auditoria suficiente e apropriada

para reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo e, assim, permitir ao auditor extrair conclusões razoáveis que sirvam de base para a sua opinião.”

Nesta ISA, também são estabelecidos outros princípios que o auditor deve ter em atenção, tais como integridade, objetividade, competência, diligência profissional, confidencialidade e conduta profissional.

3 Independência do Auditor

A ideia da independência do auditor teve origem no Reino Unido e nos Estados Unidos, evoluindo ao longo dos últimos anos devido aos significativos escândalos financeiros e à necessidade de ajuste às mudanças no ambiente empresarial, conforme apontado por Keyser et al. (2020).

A imparcialidade é um princípio fundamental que sustenta a revisão e a integridade do processo de auditoria. Refere-se à capacidade de realizar uma avaliação de forma imparcial e objetiva, sem qualquer influência que possa comprometer a sua capacidade de exercício de julgamento profissional. A independência é crucial para garantir a confiança nas Demonstrações Financeiras auditadas, pois as partes interessadas acreditam que o auditor não está sujeito a pressões externas que possam comprometer a qualidade e a objetividade de seu trabalho.

Dessa forma, Indah (2022) destaca que o auditor “deve ser acompanhado por uma atitude independente para que não haja relacionamento não saudável e alta dependência entre o auditor”. Segundo este a independência de pensamento permite a expressão de uma conclusão com integridade, objetividade profissional e ceticismo, sem influências externas além do julgamento profissional. É multifacetada e abrange não apenas a independência de facto, mas também a independência aparente, isso significa que não deve existir apenas imparcialidade real, mas também a percepção pública dessa imparcialidade. Os órgãos reguladores e as normas profissionais estabelecem diretrizes rigorosas para garantir a independência, incluindo restrições sobre serviços não relacionados a auditorias prestadas ao cliente, vínculos financeiros e relacionamentos pessoais que possam prejudicar a objetividade do auditor.

A quebra da independência pode ter consequências, incluindo a perda de confiança do público nas Demonstrações Financeiras auditadas e o compromisso da

integridade do processo de auditoria. Portanto, a manutenção da independência é uma responsabilidade crítica para os auditores, garantindo que o papel desempenhado na garantia da qualidade e precisão das informações financeiras seja cumprido de maneira ética e confiável.

4 Ceticismo profissional

Segundo Holovach e Holovach (2022), a auditoria é a disciplina onde o conceito de ceticismo profissional tem maior destaque. De acordo com o IFAC, ISA 200 – Parágrafo 15: “O ceticismo profissional é necessário para a avaliação crítica da prova de auditoria. Isto inclui questionar as provas de auditoria contraditórias e a fiabilidade de documentos e respostas a indagações e de outras informações obtidas da gerência e dos encarregados da gestão”.

Galhardo (2023), considera que existe um paradoxo entre a necessidade de documentação suficiente e adequada para apoiar a opinião do auditor e o exercício da chamada mentalidade de ceticismo profissional. Enquanto a documentação substancial é crucial para garantir a transparência e a credibilidade das Demonstrações Financeiras auditadas, o ceticismo profissional requer uma postura questionadora e atenta por parte dos auditores, desafiando-os a não aceitar conclusões sem uma análise crítica e minuciosa. Este equilíbrio delicado pode representar um desafio significativo, já que a busca por uma documentação abrangente pode, por vezes, comprometer a profundidade do ceticismo do auditor, levando a uma abordagem mais burocrática e menos crítica.

O PCAOB (2023), descreve “ceticismo profissional – uma atitude que inclui uma mente questionadora – é fundamental para planejar e realizar auditorias de alta qualidade e garantir a proteção dos investidores.”

Já, Xu et al. (2023) sugerem que “o ceticismo profissional é uma construção complexa e ambígua”, é tanto a mentalidade quanto a atitude. Enfatizam tanto os julgamentos céticos (o que o auditor pretende fazer), como as ações céticas (o que o auditor realmente faz).

O ceticismo profissional pode ser abordado de diversas perspectivas, sendo as mais comuns a posição neutra ou a posição de dúvida presuntiva. Na posição neutra, os auditores mantêm uma posição imparcial em relação as informações, onde nem

acreditam, nem descreem nas informações fornecidas pela administração. Quando em posição de dúvida presumida, os auditores partem do princípio de que pode haver uma certa desonestidade por parte da gestão, a menos que as evidências sugiram o contrário. Holovach e Holovach (2022) considera que a posição a adotar deveria ser a neutra, onde não existe uma posição de acreditar ou duvidar das informações, em contrapartida adotam uma posição de verificação. Esta abordagem envolve a propensão do auditor em adiar a conclusão até que haja evidências suficientes para respaldar uma alternativa ou explicação dos factos. Em resumo, a atitude é de cautela, aguardando suporte adequado antes de chegar a conclusões definitivas.

Esta capacidade é uma componente essencial das habilidades do auditor, estando diretamente ligada aos princípios de independência e julgamento profissional. Além disso, desempenha um papel crucial na garantia da qualidade das auditorias. A independência do auditor, aliada aos seus princípios éticos, amplia a sua habilidade de agir com integridade, manter objetividade e adotar uma postura crítica.

A manutenção de uma abordagem cética envolve motivação e competências adquiridas ao longo da trajetória profissional do auditor, sendo as próprias empresas de auditoria responsáveis por fomentar uma mentalidade cética por meio de desenvolvimento contínuo.

Nos últimos anos, o ceticismo profissional tem se tornado cada vez mais importante, visto que atualmente há uma busca por processar informações mais relevantes para os utilizadores, exigindo maior discernimento e uma crescente subjetividade nas decisões tomadas.

5 Julgamento profissional

Segundo, a ISA 220 “O julgamento profissional é essencial para a adequada condução de uma auditoria. Isto porque a interpretação dos requisitos éticos relevantes, das ISA e as decisões fundamentadas exigidas durante a auditoria não podem ser feitas sem a aplicação de conhecimentos e experiência relevantes aos factos e circunstâncias.”

Para Guttsayt (2023), o julgamento profissional desempenha um papel essencial. Reflete a capacidade crucial do auditor de tomar decisões criteriosas e bem fundamentadas ao avaliar as demonstrações financeiras de uma empresa. Esse julgamento

é uma combinação de competência técnica, experiência prática e um entendimento profundo do ambiente empresarial específico em análise.

No âmbito da auditoria, o julgamento profissional manifesta-se na interpretação de evidências, na avaliação dos riscos associados às transações e nos julgamentos sobre a validade e adequação dos controles internos. O auditor utiliza o seu discernimento para identificar áreas de potencial fraude, erro ou irregularidade, aplicando os princípios éticos e normas profissionais que orientam a conduta do auditor.

Além disso, é crucial quando se depara com situações complexas e nuances contabilísticas que exigem uma análise cuidadosa. A capacidade do auditor em exercer um julgamento sólido não apenas impacta a qualidade da auditoria, mas também influencia a confiança do público nas informações financeiras apresentadas pela entidade auditada.

Segundo Costa (2023), o auditor deve ponderar a materialidade e a sua relação com o risco de auditoria, pois a materialidade é uma decisão baseada no julgamento do auditor e é influenciada pela percepção das necessidades de informação financeira dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Stefan-Duicu, A. e Stefan-Duicu, V. (2015), destacaram que a exigência de aplicar julgamento profissional acontece devido à abrangência das normas que regulam as bases da auditoria, e além disso, a segurança sobre as demonstrações financeiras é apenas razoável e não absoluta.

Em suma, o julgamento profissional é um componente essencial para assegurar a integridade e a transparência no processo de auditoria e, conseqüentemente, fortalecer a credibilidade do mercado financeiro.

5.1 Aplicação do julgamento profissional ao longo do trabalho de Auditoria

O julgamento profissional é uma peça-chave no trabalho de auditoria, especialmente num cenário de crescente complexidade nas normas contabilísticas e de auditoria. Sob a influência de pressões internas e externas, os auditores veem-se cada vez mais dependentes do julgamento profissional para orientar as suas decisões, tal como referido por Guttsayt (2023). A procura por essa capacidade é destacada por Stefan-

Duicu, A. e Stefan-Duicu, V. (2015), que enfatizam a necessidade do julgamento profissional diante das normas amplamente abrangentes e da segurança razoável proporcionada aos utilizadores das informações financeiras.

O julgamento resulta da aplicação apropriada das normas de auditoria, contabilidade e ética, desempenhando um papel crucial na tomada de decisões, avaliação de risco de auditoria, determinação de materialidade e nas condições relacionadas com a natureza, tempo e extensão dos procedimentos de auditoria (Stefan-Duicu, A. & Stefan-Duicu, V., 2015).

A materialidade e o risco de auditoria são áreas cruciais em que o julgamento profissional é essencial. A materialidade refere-se à magnitude das omissões, erros ou distorções que podem impactar as decisões económicas dos utilizadores das informações financeiras. Por outro lado, o risco de auditoria refere-se à possibilidade de o auditor emitir uma opinião incorreta devido a distorções nas demonstrações financeiras.

Ao avaliar a natureza dos riscos, o auditor considera vários aspetos, incluindo a presença de risco de fraude, a complexidade das transações, a significância destas com partes relacionadas, a subjetividade na avaliação de informações financeiras com maior incerteza e a ocorrência de transações significativas fora do curso normal das atividades da entidade, tal como descrito por Stefan-Duicu, A. e Stefan-Duicu, V. (2015).

O exercício do julgamento profissional desempenha um papel crucial na definição da abordagem de auditoria, incluindo a determinação da natureza, do momento e da extensão dos procedimentos necessários para atender aos padrões de auditoria. Além disso, a avaliação da qualidade, relevância e credibilidade da evidência de auditoria também requer a aplicação do julgamento profissional.

Conclusões baseadas nas evidências de auditoria obtidas são fundamentadas pelo julgamento profissional do auditor, que considera os fatos e circunstâncias conhecidas. Aspetos significativos identificados durante a auditoria requerem julgamento profissional para documentação, resolução e revisão pelo responsável do trabalho.

Guttsayt (2023), enfatiza que o julgamento profissional desempenha um papel crucial em várias decisões relacionadas com a auditoria, como determinar a materialidade, avaliar o risco de auditoria, definir a natureza, o momento e a extensão dos procedimentos de auditoria, garantir a obtenção de evidência suficiente e apropriada,

analisar os julgamentos da administração na aplicação das normas contabilísticas e chegar a conclusões fundamentadas com base na evidência de auditoria.

Em resumo, ao longo das diversas fases do trabalho, a aplicação do julgamento profissional é indispensável em situações que envolvem a materialidade e o risco de auditoria, a determinação de procedimentos adequados, a avaliação da evidência e a formação de conclusões com base nas evidências obtidas.

5.2 Principais Fatores que influenciam o julgamento profissional

Existem diversos fatores que afetam o julgamento profissional do auditor, conforme destacado por vários estudos. Hung (2023) aponta para a influência de fatores técnicos, cognitivos e culturais, como a precisão do auditor, confiança, experiência, habilidades de comunicação, comportamento ético, conhecimento profissional, independência, objetividade e habilidades técnicas.

Desataca-se o ceticismo como uma característica fundamental ligada ao julgamento do auditor, uma qualidade adquirida ao longo do tempo. É, ainda, explorado o efeito da inteligência emocional, indicando que auditores com alta inteligência emocional tendem a ter julgamentos mais conservadores, especialmente sob pressões internas e externas.

Silva (2022) mostra-nos que a situação contextual, como cultura e tamanho da empresa de auditoria, pode influenciar o julgamento, já o gênero e complexidade do trabalho não apresenta qualquer tipo de impacto. Menciona que a competência e independência são cruciais, afirmando que uma competência inadequada pode prejudicar a aplicação cuidadosa do julgamento. Acrescenta ainda, objetividade, integridade, conhecimento, experiência e ceticismo profissional como fatores influentes.

Hegazy e Salama (2022) destacam a importância de fatores qualitativos e quantitativos na determinação do nível de materialidade pelos auditores, influenciados pela empresa auditada, empresa de auditoria e características pessoais do auditor. O julgamento preliminar sobre a materialidade é impactado por fatores como a relatividade do conceito, escolha de indicadores de referência e percentagens.

Em resumo, os estudos citados revelam a complexidade do julgamento profissional do auditor, sendo afetado por uma variedade de fatores, desde competências técnicas até influências contextuais e emocionais.

6 Prova de Auditoria

A recolha e avaliação de evidências é um processo que visa verificar a precisão e a integridade das informações financeiras e operacionais de uma organização. Durante o processo de análise, os auditores adotam uma abordagem sistemática para reunir informações e examiná-las de forma minuciosa.

O levantamento de evidências envolve a obtenção de informações de diversas fontes, incluindo documentos, registos contabilísticos, transações, políticas organizacionais, entrevistas com funcionários e observações diretas. Essas evidências são necessárias para apoiar as conclusões da auditoria e fornecer garantia de que as demonstrações financeiras e os controlos internos estão em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Costa (2023), indica que “a prova deve ser obtida, preferencialmente, de forma escrita, para que possa ser alvo de avaliação por parte de tribunais, controlo de qualidade da OROC, entre outros, de forma a concluir se as normas profissionais vigentes estão ou não a ser cumpridas”.

A avaliação das evidências é uma etapa crítica da auditoria, na qual os auditores examinam e interpretam as informações recolhidas à luz de critérios estabelecidos, como as normas contabilísticas e regulamentos relevantes. Determina-se se as evidências sustentam as conclusões da auditoria, identificam quaisquer desvios ou problemas significativos e avaliam a eficácia dos controlos internos. Costa (2023) ressalta que a quantidade de prova necessária diminui à medida que a qualidade da prova obtida aumenta.

É essencial documentar rigorosamente todas as etapas do processo de auditoria, desde a coleta de evidências até a avaliação e conclusão. A documentação adequada fornece um registo claro do trabalho realizado, facilita a revisão por outros auditores ou partes interessadas e é fundamental para a transparência e a responsabilidade do processo de auditoria.

Em última análise, a recolha e avaliação de evidências têm como objetivo garantir a integridade das informações financeiras e operacionais, promover a transparência e a conformidade com regulamentos e normas, além de contribuir para a confiabilidade numa gestão eficaz das organizações.

6.1 Tipos de Prova de Auditoria

Os auditores utilizam diversos procedimentos para recolher evidências, mitigando o risco de auditoria para níveis aceitáveis, tal como descrito por Hammersley e Ricci (2020). Os principais tipos de prova de auditoria encontram-se resumidos de seguida:

- Sistema de informação contabilística: O sistema de informação contabilística abrange os métodos empregues pela empresa para registar, processar, consolidar e relatar as suas transações. No desempenho de suas funções, os auditores devem garantir, por meio de seus papéis de trabalho, o suporte dos valores apresentados no balanço.
- Documental: A evidência documental é composta por uma variedade de documentos que sustentam os registos contabilísticos da empresa, incluindo faturas, contratos, extratos bancários, requisições e atas de reuniões dos órgãos sociais.

A documentação dessa evidência está vinculada à sua origem, sendo os documentos gerados externamente, considerados, mais confiáveis, pois foram fornecidos por terceiros independentes. Dentro da documentação gerada externamente, a distinção de confiabilidade é feita entre documentos enviados aos auditores, diretamente por terceiros, sendo estes os mais confiáveis, ou documentos gerados externamente, mas mantidos na empresa a auditar, como faturas de fornecedores.

Tendo em vista a possibilidade de funcionários da empresa criarem documentos internos, como transações fictícias, a confiança desses documentos é reforçada quando há evidências de confirmação por terceiros, por exemplo, quando temos um guia de remessa elaborado pela empresa, mas assinado pelo cliente.

- Confirmações externas: Esse processo envolve a demonstração e avaliação de evidências de auditoria por meio de comunicação escrita, recebida diretamente de

terceiros em resposta a pedidos de confirmação sobre itens específicos que afetam as asserções das demonstrações financeiras, incluindo divulgações pertinentes.

7 ISA 500 vs ED – 500 (principais alterações e implicações práticas)

Em outubro de 2022, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), apresentou uma proposta da ED – 500, que se encontra atualmente na fase de análise dos comentários apresentados. Esta proposta visa atualizar a ISA 500, introduzindo a tecnologia na recolha de prova de auditoria. Esta ressalta a importância da aplicação de procedimentos de auditoria para transformar informações em evidências de auditoria, “... o foco na ED-500 está na avaliação da relevância e fiabilidade da informação destinada a ser utilizada como prova de auditoria.” tal como citado na ED – 500.

A nível estrutural não existem muitas diferenças como podemos ver de seguida. Existe a introdução de conceitos relacionados com a tecnologia e o seu uso na prova de auditoria.

ISA 500 vs ED - 500	
ISA 500	ED – 500
<p>Objetivo:</p> <p>O objetivo do auditor é conceber e executar procedimentos de auditoria de tal forma que possa obter prova de auditoria suficiente e apropriada para o habilitar a extrair conclusões razoáveis sobre as quais basear a sua opinião.</p>	<p>Objetivo:</p> <p>O objetivo do auditor é projetar e executar procedimentos de auditoria apropriados para obter prova de auditoria suficientes e apropriada para poder tirar conclusões razoáveis nas quais basear a opinião do auditor, incluindo a avaliação da relevância e fiabilidade das informações destinadas a serem utilizadas como prova de auditoria.</p>
<p>Conceitos Fundamentais:</p>	<p>Conceitos Fundamentais:</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Adequação da prova de Auditoria - Prova de auditoria - Perito da Administração - Suficiência de Prova de Auditoria 	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação da prova de Auditoria - Prova de auditoria (Atualizada) - Perito da Administração - Suficiência de Prova de Auditoria
<p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prova de Auditoria Suficiente e Adequada - Informação a Usar como Prova de Auditoria - Selecionar Itens a Testar para Obter Prova de Auditoria 	<p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetar e executar procedimentos de auditoria para obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas - Informações destinadas a serem usadas como evidência de auditoria - Uso de ferramentas e técnicas automatizadas - Inconsistências na Prova de Auditoria
<p>Material de Aplicação e Outro M. Explicativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prova de Auditoria Suficiente e Adequada - Fontes de Prova de Auditoria - Inspeção - Observação - Confirmações Externas - Recálculo - Reexecução - Procedimentos Analíticos - Indagação - Informação a Usar como Prova de Auditoria - Relevância e Fiabilidade 	<p>Material de Aplicação e Outro M. Explicativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ferramentas e técnicas automatizadas - Julgamento Profissional e Ceticismo Profissional - Projetar e executar procedimentos de auditoria suficiente e apropriada. - Projetar e executar procedimentos de auditoria de maneira não tendenciosa - Procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias - Informações destinadas a serem usadas como evidência de auditoria - Forma, Disponibilidade, Acessibilidade e Compreensibilidade da Informação

<ul style="list-style-type: none"> - Fiabilidade de Informação Produzido por um Perito - Competência, Capacidades e Objetividade de um Perito de Gerência - Avaliar a Apropriação do Trabalho do Perito da Gerência - Informação Produzida pela Entidade e Usada para as Finalidades do Auditor Selecionar Itens a Testar para Obter Prova de Auditoria: <ul style="list-style-type: none"> - Selecionar Todos os Itens - Selecionar Itens Específicos - Amostragem de Auditoria 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em obter, ou tempo ou custo para obter, evidências de auditoria - Fontes de Informação - Atributos de Relevância, Confiabilidade das Informações - Precisão e Integridade - Viés de automação - Uso de ferramentas e técnicas automatizadas - Operação das Ferramentas e Técnicas Automatizadas - Competência, Capacidades e Objetividade de um Perito da Gerência - Inconsistências nas evidências de auditoria
<p>Referências e outras ISA´s:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ISA 200, ISA 230, ISA 240, ISA 315, ISA 330, ISA 501, ISA 505, ISA 520, ISA 530, ISA 570, ISA 580 e ISA 620. 	<p>Referências a outras ISA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ISA 220 (Revista), ISA 240, ISA 315 (Revista), ISA 330, ISA 705 (Revista) (neste caso as ISA são relacionadas com a ED-500, como exemplos práticos)

*Tabela 1 - ISA 500 vs ED-500
Fonte: Elaboração Própria*

- Objetivo

O objetivo da ED - 500, intitulada "Evidência de Auditoria", é fornecer uma estrutura abrangente para os responsáveis pela auditoria ao projetar e realizar procedimentos de auditoria. Esta visa garantir que os auditores obtenham evidências de auditoria suficientes e apropriadas para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras. A ISA 500 Revista define e orienta os auditores sobre a avaliação, relevância e confiabilidade da informação a serem utilizadas como prova, e enfatiza o papel do ceticismo profissional na avaliação dessa evidência.

A definição revista destaca a necessidade de realizar testes para tornar as informações em prova das análises realizadas, enfatizando a importância da avaliação das

informações, tanto como a sua origem. “A83. A origem das informações destinadas a serem usadas como evidência de auditoria pode mudar com o tempo ou devido a eventos ou condições, como a identificação de novas informações.” (Proposta ED – 500, 2022). Consideram ainda diversas pressões que podem criar dúvida, "Se a fonte das informações estiver sujeita à influência da administração ou de uma parte relacionada, o auditor pode ficar preocupado com os danos ou viés da administração ao avaliar a confiabilidade de tais informações.", como descrito na Proposta ED – 500 (2022).

- Modernização

A modernização da ISA 500 visa torná-la compatível com o ambiente atual de negócios e auditoria, tendo em conta a capacidade de expansão para diferentes cenários, incluindo a utilização de tecnologia tanto pela entidade quanto pelo auditor. Isso inclui o uso de ferramentas e técnicas automatizadas, que são cada vez mais importantes na prática de auditoria.

A abordagem baseada em princípios adotada pelo IAASB na elaboração da ED-500 permite que a norma seja aplicada num ambiente em evolução, onde a tecnologia desempenha um papel cada vez mais significativo. A ED-500 não é prescritiva em relação ao uso de tecnologia, mas sim flexível, permitindo que os auditores apliquem a norma de maneira adequada à medida que as ferramentas e técnicas de auditoria evoluem.

- Tecnologia

Introduz ainda a tecnologia com uma ferramenta muito útil para a avaliação de dados. "A3. O auditor pode executar procedimentos de auditoria manualmente ou utilizar ferramentas e técnicas automatizadas, individualmente ou em combinação entre si, para obter prova de auditoria. Em algumas circunstâncias, devido à forma da informação subjacente, uma ferramenta e técnica automatizadas podem ser mais eficazes ou fornecer prova de auditoria mais persuasiva, ou o auditor pode necessitar de utilizar uma ferramenta e técnica automatizada porque pode não ser possível ou prático executar um procedimento de auditoria manualmente." (Proposta ED – 500, 2022).

O IAASB reconhece que, em algumas circunstâncias, as ferramentas e técnicas automatizadas podem ser mais eficazes ou fornecer evidências de auditoria mais

convincentes do que os procedimentos manuais. Por exemplo, essas ferramentas podem ser mais eficientes no processamento de grandes volumes de dados ou informações. No entanto, o IAASB também enfatiza que a responsabilidade final de obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas recai sobre o auditor, independentemente do método utilizado.

O uso de ferramentas e técnicas automatizadas na obtenção de prova de auditoria destacam-se pela sua eficácia em fornecer provas mais persuasivas do que os métodos convencionais. "O uso de ferramentas automatizadas e técnicas de auditoria assistidas por computador (TAAC) pode permitir testes mais extensos de transações eletrônicas digitais e registros contábilísticos, o que pode ser útil quando o auditor decide modificar a extensão dos testes, por exemplo, em resposta aos riscos de transferência relevantes devido a fraude." (Proposta da ED – 500, 2022).

Refere ainda que as informações em formato digital podem estar, continuamente, disponíveis permitindo a utilização de ferramentas automatizadas para testar eficientemente as informações. O auditor pode planejar e realizar procedimentos de auditoria em momentos específicos ou solicitar a retenção de certas informações para facilitar a execução dos procedimentos de auditoria. Por exemplo, uma empresa pode utilizar a aprendizagem da máquina para prever a recuperação de contas a receber, que é atualizada regularmente com base em mudanças no histórico de pagamentos, classificações de crédito dos clientes ou condições econômicas, permitindo o uso de ferramentas automatizadas para testar eficientemente as informações.

Contudo, o parágrafo A22, refere que informações digitais ou informações geradas por sistemas automatizados constituem um risco de parcialidade de automatização pelo auditor. Alerta para o risco de enviesamento dos processos de automatização, enfatizando a importância de medidas de mitigação, introduzindo a necessidade de o auditor aumentar o seu conhecimento no que se refere à tecnologia, ou a utilização de especialistas, promovendo o exercício do ceticismo profissional. Assim, embora a tecnologia ofereça benefícios significativos, é fundamental que os auditores adotem uma abordagem cautelosa para garantir a integridade e confiabilidade das evidências de auditoria obtidas por meio delas.

- Relatório do auditor

Além disso, inclui a referência ao relatório do auditor, enfatizando a necessidade das evidências para fundamentar as conclusões do auditor. Esta referência é feita no contexto de que as evidências de auditoria são necessárias para apoiar as conclusões que formam a base para a opinião e o relatório do auditor. A revisão da definição de evidência de auditoria no ED-500 (parágrafo 7(b)) enfatiza que a informação à qual foram aplicados procedimentos de auditoria é usada pelo auditor para tirar conclusões que servem de base para a opinião e o relatório do auditor. Isso reflete a necessidade de que as evidências de auditoria sejam suficientes e apropriadas para sustentar as conclusões do auditor e, conseqüentemente, o conteúdo do relatório de auditoria.

- Considerar todas as provas de auditoria

A ED - 500 também aborda a necessidade de considerar todas as evidências de auditoria obtidas, incluindo aquelas que são consistentes ou inconsistentes entre si, independentemente de corroborarem ou contradizerem as demonstrações financeiras, tal como podemos observar no parágrafo 13 da ED – 500. Discute a avaliação da suficiência e adequação da evidência de auditoria em relação aos riscos de distorção relevantes, destacando a importância de ajustar a quantidade e qualidade da evidência com base nesses riscos, tal como descrito por Barr-Pulliam et al. (2023).

A revisão propõe a criação de dois requisitos separados para lidar com inconsistências na evidência de auditoria e dúvidas sobre a fiabilidade das informações. Os requisitos são:

1. Suficiência: Refere-se à quantidade de prova de auditoria. A extensão da prova de auditoria, possibilitada pelo uso da tecnologia, no qual é avaliado uma população em vez de apenas uma amostra, influencia a capacidade de resposta adequada ao risco de distorção material.
2. Adequação: A qualidade da evidência de auditoria é aferida pela sua relevância e credibilidade, refletindo a confiabilidade da sua origem, natureza e forma de obtenção. É a medida da qualidade da prova de auditoria. Essa qualidade é avaliada através da relevância e credibilidade das evidências. A fiabilidade refere-se à natureza, origem e forma como a prova de auditoria foi recolhida.

Considerando que “A1. ...A evidência de auditoria obtida de auditorias anteriores também pode fornecer evidência de auditoria para a auditoria atual, desde que o auditor tenha executado procedimentos de auditoria para avaliar se a evidência de auditoria anterior permanece relevante e confiável para a auditoria atual.” Os auditores devem estar convencidos de que as provas que eles recolhem são confiáveis e relevantes para a avaliação das demonstrações financeiras.

As orientações fornecidas realçam a importância de verificar se são necessárias alterações ou procedimentos adicionais para reduzir incertezas sobre a relevância das informações recolhidas durante as auditorias. Salientam também a necessidade de rever continuamente a avaliação de riscos ao longo dos trabalhos, incorporando evidências adicionais conforme necessário. O auditor é instruído a permanecer vigilante em relação a eventos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade auditada de cumprir as suas obrigações. Se tais incertezas persistirem, deve ser cuidadosamente considerado o impacto destas noutros aspetos da auditoria, incluindo o risco de distorção material devido a fraude.

É introduzido um novo requisito, no parágrafo 8(b) do ED-500, o “*stand back*”, para a avaliação da evidência de auditoria obtida. Esse requisito estabelece a necessidade de avaliar a prova de auditoria obtida a partir dos procedimentos de auditoria realizados, com o objetivo de concluir se é suficiente e apropriada, conforme exigido pela ISA 330. Isso promove a aplicação de julgamento profissional e ceticismo profissional na avaliação da evidência de auditoria, garantindo que atenda ao propósito pretendido dos procedimentos de auditoria.

- Ceticismo Profissional

O ceticismo profissional é um elemento crucial na prática de auditoria, conforme destacado na ISA 500 (Revista). Este documento enfatiza o papel do ceticismo profissional em dois aspetos principais: ao fazer julgamentos sobre a informação destinada a ser usada como evidência de auditoria e ao avaliar a evidência de auditoria obtida.

Ao fazer julgamentos sobre a informação destinada a ser usada como evidência de auditoria, os auditores devem exercer o ceticismo profissional para garantir que a

informação seja avaliada criticamente em termos de sua relevância e confiabilidade. Isso é especialmente importante quando a informação é preparada por um especialista da gestão, pois os auditores devem avaliar a competência, capacidades e objetividade desse especialista (parágrafo 11(a), ED - 500). Além disso, os auditores devem obter uma compreensão do trabalho realizado pelo especialista e como a informação preparada por ele foi usada pela gestão na preparação das demonstrações financeiras (parágrafos 11(b) e 11(c), ED - 500).

Também orienta os auditores a determinar se é necessário modificar ou adicionar procedimentos de auditoria quando houver dúvidas sobre a relevância ou confiabilidade da informação destinada a ser usada como evidência de auditoria (parágrafo 12). Isso reforça a importância do ceticismo profissional ao exigir que os auditores investiguem mais a fundo e sejam proativos na busca por evidências que possam resolver quaisquer dúvidas.

- Relação com outras ISA:

O âmbito da ED-500 é aplicável a todas as provas de auditoria obtidas durante o curso de uma auditoria de demonstrações financeiras. Reconhece a evolução do ambiente empresarial e de auditoria, incluindo o uso de tecnologia, e procura adaptar-se a uma variedade de circunstâncias.

A relação da ISA 500 com outras normas de auditoria internacionais é interconectada. Ela serve como um padrão de referência que apoia outras ISA mais específicas, que lidam com aspectos particulares da auditoria e com a obtenção e avaliação de evidências de auditoria em relação a tópicos específicos.

A relação com outras ISA é clara:

1. **ISA 200:** A ED-500 está intimamente ligado à ISA 200, que estabelece os objetivos e conduta da auditoria. Ambos os documentos enfatizam o papel crucial do ceticismo profissional na obtenção e avaliação de evidências de auditoria para garantir a qualidade da auditoria. Além disso, o ED-500 reforça a importância de garantir uma garantia razoável sobre a ausência de erros materiais, em linha com as exigências da ISA 200. Também faz referência direta à ISA 200 ao discutir a importância das evidências para sustentar as conclusões do auditor. Ambos os

documentos também destacam a necessidade de compreender o trabalho dos especialistas da gestão, em consonância com os requisitos da ISA 200.

2. **ISA 315:** Lida com a responsabilidade do auditor de identificar e avaliar os riscos de distorção material nas demonstrações financeiras. Aborda, também, o uso de ferramentas e técnicas automatizadas para realizar procedimentos de avaliação de risco em grandes volumes de dados. A ED-500 destaca a importância da avaliação de riscos na obtenção de evidências de auditoria, ressaltando o papel do ceticismo profissional, conforme exigido pela ISA 315. Além disso, aborda a consideração de diferentes tipos de evidências de auditoria, alinhando-se à abordagem de avaliação de riscos e também discute a responsabilidade do auditor em projetar e realizar procedimentos de auditoria, refletindo aspectos centrais da norma ISA 315.

3. **ISA 330:** A ISA 330, que trata das respostas do auditor aos riscos avaliados durante a auditoria, possui uma relação significativa com o ED-500. A ED-500 destaca a importância da avaliação de riscos e das respostas do auditor, ressaltando o papel do ceticismo profissional, conforme exigido pela ISA 330. Além disso, o ED-500 discute a obtenção e avaliação de evidências de auditoria, essenciais para sustentar as conclusões do auditor, e aborda a responsabilidade do auditor em projetar e realizar procedimentos de auditoria, alinhando-se aos aspectos centrais da ISA 330.

4. **ISA 540:** Lida com a auditoria de estimativas contábilísticas e divulgações relacionadas. A ISA 540 introduziu a noção de "persuasão" da evidência de auditoria, que é explorada na ED – 500. Esta relação é evidente, destacando a importância da avaliação de riscos e respostas do auditor, além da obtenção e avaliação de evidências de auditoria.

Tal como outras normas de auditoria, a ED - 500 contém um parágrafo a permitir e encorajar a sua aplicação antecipada. Isso permitirá tempo suficiente para a implementação efetiva da norma, incluindo o processo de tradução e adaptação nacional, conforme necessário.

- Considerações

Algumas das maiores empresas de Auditoria apresentam diversas considerações à ED – 500, nas *Comment Letters* enviadas ao IAASB.

A PwC destaca a necessidade de esclarecer e rever a ISA 500 para garantir a aplicação consistente do ceticismo profissionais pelos auditores. “Acreditamos que as alterações propostas na ED-500, quando consideradas coletivamente, visam enfatizar a importância do exercício do ceticismo profissional e da aplicação de julgamento profissional ao avaliar a suficiência e a adequação das evidências de auditoria obtidas pelos auditores.” (PwC International, 2023)

Enfatizam a importância de orientações claras e baseadas em princípios para apoiar os auditores em diferentes situações de julgamento profissional. Além disso, sugerem uma divisão no requisito de obtenção de provas sobre a precisão e complexidade da informação, especialmente quando provenientes de fontes externas, para garantir a sua aplicabilidade. Também ressaltam a importância de equilibrar as revisões propostas com relação à tecnologia, refletindo como esta pode ser usada para obter evidências de auditorias.

A Baker Tilly International concorda com a abordagem baseada em princípios e a inclusão de atributos para avaliar a relevância e confiabilidade da informação como evidência de auditoria. No entanto, manifestam preocupação com a consideração de igual segurança tanto das informações internas quanto das externas, além da falta de orientação sobre o envolvimento de especialistas e a revisão das condições de envolvimento – “A integralidade e a exatidão das informações serão muitas vezes aplicáveis independentemente da fonte das informações, mas na prática podem ser impossíveis de avaliar e muito menos de obter provas de auditoria.” (Baker Tilly International, 2023)

Já a BDO, destaca a necessidade de esclarecer na definição dos objetivos do auditor em relação à avaliação da relevância e confiabilidade da informação como evidência de auditorias. “... sugerimos que sejam fornecidos materiais de aplicação adicionais...: (b) a extensão dos procedimentos de avaliação exigidos, pois isso ajudaria a documentação do auditor sobre a sua avaliação da relevância e fiabilidade dos diferentes tipos de informação destinada a ser utilizada como prova de auditoria.” (BDO, 2023)

Enfatizam também a importância de estabelecer relações claras com outras Normas Internacionais de Auditoria e destacam preocupações com a extensão da documentação a ser analisada e dão ênfase na manutenção do ceticismo profissional na avaliação da informação.

A KPMG enfatiza a importância do ceticismo profissional na obtenção e avaliação de evidências de auditoria, especialmente diante da evolução da tecnologia e do aumento de informações externas. Apoiam as propostas criteriosas em relação à avaliação da relevância e confiabilidade da informação, “de orientações e exemplos mais detalhados relativamente a estes atributos, que consideramos que ajudarão os auditores a exercer um julgamento profissional sólido nesta área” (KPMG, 2023), além de um *framework* robusto para avaliar a informação utilizada como prova de auditoria.

A EY ressalta a importância de manter o ceticismo profissional na avaliação das evidências de auditoria, especialmente em relação à fraude. Expressam a necessidade de “melhorar a distinção entre procedimentos de avaliação de risco e procedimentos de auditoria adicionais, especificamente procedimentos substantivos” (EY, 2023), além de modernizar o padrão para refletir os avanços tecnológicos e reconhecer o uso de técnicas automatizadas.

8 Relação entre Risco, Materialidade e Prova de Auditoria

Os conceitos de materialidade, risco e prova de auditoria estão relacionados, uma vez que definir o nível de risco sem especificar a materialidade, pode permitir que distorções elevadas sejam consideradas aceitáveis. Em contrapartida, identificar a materialidade sem ter em consideração o risco, poderia traduzir-se em considerar riscos elevados como aceitáveis.

Assim, “podemos observar que apesar de relacionados e de ser indissociáveis, a materialidade não afeta o risco e vice-versa, mas em conjunto influenciam a prova em auditoria, ou seja, a materialidade não é parte do modelo de risco em auditoria, mas combinada com esse modelo influenciam a prova em auditoria.” – Almeida (2022)

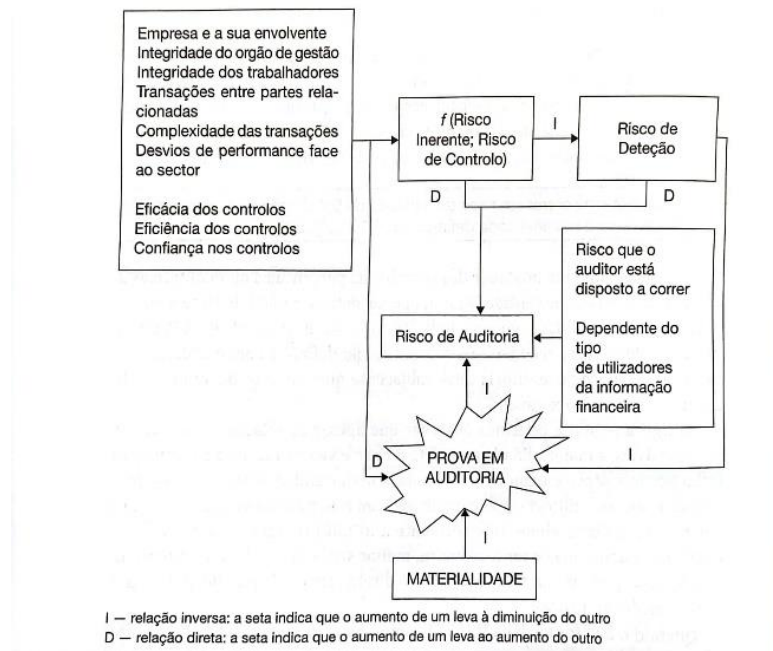


Figura 1 - Relação entre Risco, Materialidade e Prova
 Fonte: Almeida (2022), Manual de Auditoria Financeira

Há uma conexão evidente entre os conceitos, onde o risco de auditoria exerce influência na amplitude e natureza dos procedimentos realizados pelo auditor. À medida que o risco percebido aumenta, os testes conduzidos pelo auditor tornam-se mais rigorosos e abrangentes. Por outro lado, a Materialidade serve como um guia na avaliação dos resultados da auditoria, direcionando os esforços do auditor para áreas onde as distorções materiais são mais propensas a ocorrer. A utilização de evidências de auditoria visa reduzir o risco de auditoria a um nível considerado aceitável. Quanto mais evidências o auditor reunir, mais sólida será a base para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Em resumo, os auditores pretendem controlar o risco de auditoria por meio da aplicação de procedimentos adequadas, considerando a materialidade como um guia para determinar onde concentrar os seus esforços e reunir evidências suficientes para sustentar uma opinião confiável sobre as demonstrações financeiras.

9 A tecnologia em Auditoria

A tecnologia, a Inteligência Artificial (IA) e a automatização de processos estão a transformar várias atividades, provocando avanços significativos que afetam a forma como os humanos interagem com a tecnologias e os negócios. No epicentro dessa revolução tecnológica, o mercado financeiro emerge como um campo particularmente

impactado, que vai desde a análise de dados e tomada de decisões até a interação com os clientes.

Desde algoritmos avançados que analisam grandes volumes de dados até sistemas automáticos que gerem investimentos, o papel da IA transcende a mera automatização, englobando a capacidade de aprender, prever e adaptar-se em tempo real. Da detecção de fraudes até a personalização de serviços, delineando não apenas as oportunidades extraordinárias que ela proporciona, mas também os desafios e implicações éticas que acompanham essa revolução. A interseção entre inteligência artificial e finanças não é apenas uma evolução técnica, é uma narrativa que redefine a própria natureza das transações financeiras, moldando o futuro do setor de maneiras que anteriormente só poderiam ser imaginadas.

Neste contexto, exploraremos o impacto da IA na auditoria, uma disciplina que historicamente dependeu fortemente da interpretação humana e revisão manual. A capacidade da IA em analisar dados massivos de maneira rápida e precisa não apenas agiliza as verificações, mas também introduz uma nova dimensão de inteligência preditiva, capaz de identificar padrões complexos e detetar anomalias antes imperceptíveis. "A tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para aprimorar a coleta e avaliação de evidências de auditoria, mas é essencial considerar de forma crítica o seu uso e os efeitos sobre o ceticismo profissional." – Barr-Pulliam et al. (2023).

9.1 A Percepção dos Auditores sobre a Digitalização da Profissão

O avanço da digitalização na auditoria tem sido marcado por uma série de desafios, reflexões e considerações éticas, conforme destacado por Munoko et al. (2020). Uma das capacidades notáveis da IA é a sua habilidade em resolver problemas a uma velocidade que ultrapassa as capacidades humanas. Contudo, surge uma preocupação substancial em relação à complexidade dos algoritmos subjacentes à IA, uma vez que esses algoritmos podem evoluir para estruturas tão complexas que até mesmo os especialistas informáticos têm dificuldade em compreendê-los completamente.

Um ponto crítico nesta evolução tecnológica é a questão da independência na auditoria externa. O código de ética exige que os auditores demonstrem independência na aparência, evitando situações que possam comprometer a integridade, objetividade ou

ceticismo profissional. O uso de IA em compromissos de auditoria levanta desafios, como identificado pela Association of Chartered Certified Accountants (2017), que aponta uma potencial violação da independência para auditores externos. Um exemplo prático apresentado, por Austin et al. (2021) indica um aumento de auditores externos a fornecer *insights* baseados em dados, aos clientes, uma prática considerada uma ameaça à independência pelos reguladores.

Além disso, existe uma hesitação por parte dos auditores em confiar nas ferramentas de análise de dados, mesmo quando percebem que poderiam beneficiar-se ao fazê-lo, refletindo uma preocupação contínua sobre a independência. Essa dinâmica complexa entre a busca por *insights* valiosos e a preservação da independência destaca a necessidade de orientações claras e padrões éticos à medida que a digitalização continua a transformar a prática da auditoria.

No que diz respeito à opinião sobre os jovens auditores, as observações de Munoko et al. (2020) são particularmente pertinentes. Ele sugere que os auditores com pouca prática podem carecer da experiência necessária para avaliar os resultados de ferramentas de decisão inteligente, resultando numa tendência para depender excessivamente do sistema. Essa preocupação destaca a importância de proporcionar aos jovens auditores oportunidades significativas de desenvolvimento, mesmo num ambiente cada vez mais digitalizado. As habilidades tradicionais podem ser complementadas com a compreensão e a proficiência nas novas tecnologias, garantindo assim que a próxima geração de auditores não apenas confie nas inovações tecnológicas, mas também compreenda e avalie criticamente os resultados produzidos por estas ferramentas. Portanto, a evolução na formação e desenvolvimento de auditores torna-se crucial para garantir que eles estejam preparados para enfrentar os desafios da auditoria digital.

Ao longo do estudo, tentaremos identificar se estas são as inquietações que preocupam os auditores, considerando tanto as questões éticas quanto as apreensões práticas levantadas por diversos autores neste contexto em constante evolução.

9.2 Tipos de IA

Segundo Munoko et al. (2020), existem três tipos de IA que podem impactar em Auditoria, de seguida são apresentados os tipos, e quais os seus possíveis impactos práticos em Auditoria.

- Assisted AI (IA Assistida): Este tipo de inteligência artificial é projetado para auxiliar os seres humanos em diversas tarefas, oferecendo suporte em processos específicos, mas sempre deixando a decisão final nas mãos dos humanos. Um exemplo comum são os *chatbots* que fornecem assistência em sites de atendimento ao cliente, respondendo a perguntas frequentes ou direcionando os utilizadores para os recursos adequados. Outro exemplo são os sistemas de recomendação em plataformas de *streaming*, que sugerem conteúdo com base no histórico de visualização do consumidor, mas permitem que esta escolha o que assistir/consumir.

Na auditoria traz notáveis melhorias na eficiência do processo de revisão documental. Estas ferramentas automatizam essa tarefa, agilizando a identificação de informações relevantes e a organização de dados para análise por parte dos auditores. Além disso, oferecem suporte na identificação de riscos financeiros, proporcionando *insights* sobre padrões e anomalias nos dados. Esse auxílio permite que os auditores concentrem os seus esforços nas áreas de maior preocupação, otimizando o processo de revisão e aumentando a eficácia na deteção de potenciais problemas.

- Augmented AI (IA Aprimorada): Nesse caso, a inteligência artificial é integrada com as habilidades humanas para criar uma colaboração sinérgica, visando aprimorar as capacidades humanas em vez de substituí-las.

Os benefícios que se estendem à análise preditiva para riscos. Utilizando padrões históricos e tendências, essa forma aprimorada capacita os auditores a anteciparem riscos futuros, refinando a identificação de áreas de preocupação potenciais. Adicionalmente, as ferramentas de IA Aprimorada contribuem para a interpretação automática de documentos e a classificação automática de transações. Esse processo automatizado acelera a revisão, reduzindo o risco de erros humanos e fortalecendo a eficiência das atividades de auditoria.

- Autonomous AI (IA Autônoma): Este tipo de inteligência artificial é capaz de operar de forma independente, tomando decisões e executando tarefas sem intervenção humana constante. Os sistemas de IA autônomos são projetados para funcionar em ambientes específicos e lidar com uma variedade de situações sem a necessidade de supervisão humana contínua. Um exemplo notável são os robôs industriais autônomos, que podem operar em linhas de produção sem a necessidade de intervenção humana direta, realizando tarefas complexas de montagem ou manipulação de materiais.

Num nível mais prático, a IA autônoma monitoriza constantemente as transações, identificando em tempo real possíveis fraudes ou irregularidades. Além disso, a conformidade automática com regulamentações e políticas é garantida por sistemas autônomos, assegurando que as operações sejam alinhadas com padrões estabelecidos. Essa abordagem autônoma oferece uma camada adicional de segurança e confiança nos resultados da auditoria, ao mesmo tempo em que simplifica o processo de verificação de conformidade.

9.3 A implementação da Tecnologia na Auditoria

A implementação de tecnologia na auditoria visa aumentar a eficiência, precisão e alcance das atividades de auditoria, proporcionando benefícios tanto para os auditores quanto para as organizações auditadas. Neste contexto, conforme destacado por Korol e Klochko (2020), considera que a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais de contabilidade precisam de se adaptar, preparando novos membros e atualizando aqueles já em exercício para integrar os avanços tecnológicos e assimilar novas práticas, procedimentos e processos tecnológicos que se apresentam e surgirão no futuro. Esse esforço de adaptação é essencial para garantir que os profissionais estejam adequadamente preparados e equipados para enfrentar os desafios e as oportunidades decorrentes da rápida evolução tecnológica no campo contabilístico.

A implementação da tecnologia na auditoria abrange diversas áreas e ferramentas. Algumas das quais se encontram descritas de seguida.

9.3.1 Técnicas de auditoria assistidas por computador

Tendo em consideração o descrito pelo IFAC (2018), “O uso de técnicas de auditoria assistidas por computador (TAAC) pode possibilitar testes mais extensivos de ficheiros eletrónicos de transações e de contas, que podem ser úteis quando o auditor decide alterar a extensão dos testes, por exemplo em resposta aos riscos de distorção material devido a fraude.”

Nasrah et al. (2023) destaca a importância das Tecnologias de Auditoria Assistida por Computador (TAAC) conforme as ISA. A ISA 240 recomenda o uso de TAAC na resposta a riscos de distorção material relacionados a fraudes, enquanto a ISA 315 incentiva o seu uso nos testes de transações. A ISA 330 reitera a recomendação, enfatizando a sua utilização no registo de transações e em testes intensivos, especialmente para arquivos eletrónicos. Essas diretrizes normativas enfatizam a relevância crítica das TAAC em diferentes aspetos da auditoria, proporcionando orientações clara para a integração eficaz dessas tecnologias na prática de auditoria, tal como sugerido por Oliveira (2023).

- *Test of Data*: Essa técnica envolve a aplicação de procedimentos automáticos para verificar a precisão e consistência dos dados. Os auditores podem criar *scripts* que realizam verificações específicas nos dados, identificando possíveis erros ou discrepâncias. Isso não apenas acelera o processo de auditoria, mas também reduz a probabilidade de erros humanos.
- *Integrated test facility*: A criação de ambientes de teste integrados permite que os auditores simulem transações reais em ambientes controlados. Isso é particularmente útil para verificar a efetividade dos controlos internos, identificar falhas potenciais e garantir a confiabilidade dos sistemas.
- *Parallel Simulation*: Segundo Ferreira (2020), a simulação paralela envolve a execução de processos em paralelo com os sistemas de produção. Essa abordagem permite a comparação direta de resultados entre os sistemas simulados e os sistemas reais, proporcionando uma validação mais robusta dos controlos e processos organizacionais.
- *Embedded audit module*: A integração de módulos de auditoria diretamente nos sistemas organizacionais possibilita a monitorização contínua das atividades. Isso

significa que os auditores podem identificar e abordar questões em tempo real, aumentando a capacidade de resposta e reduzindo potenciais impactos negativos.

- *Generalized audit software*: O desenvolvimento e utilização de software especializado para auditoria permitem a análise eficiente de grandes volumes de dados. Essas ferramentas podem executar testes complexos e fornecer *insights* valiosos, contribuindo para a detecção de fraudes, avaliação de riscos e melhoria dos processos internos.

9.3.2 Plataformas de Comunicação

Segundo Natita e Maryani (2023), a utilização de plataformas de comunicação na auditoria moderna vai além da simples troca de informações. A qualidade e eficácia da comunicação estão vinculadas à estrutura dos canais de comunicação, à cultura organizacional, à escolha e qualidade dos meios de comunicação utilizados pela organização, bem como às habilidades de comunicação dos indivíduos envolvidos no processo. Em resumo, a excelência na comunicação depende da organização dos canais, da linguagem culturalmente alinhada, da adequada utilização de meios de comunicação e das habilidades comunicativas dos participantes.

Segundo, Oliveira (2023) essas plataformas permitem a colaboração em tempo real, possibilitando que os auditores compartilhem documentos, discutam descobertas e coordenem os esforços de auditoria de forma eficiente. A comunicação facilitada contribui para a transparência do processo, promove a colaboração entre equipes e agiliza a resolução de problemas identificados durante a auditoria. Um outro exemplo de uma plataforma de comunicação, muito utilizado é o ASD Confirmation, ou outras plataformas com o mesmo objetivo. São muito utilizadas quando é necessária a confirmação de saldos, por terceiros.

9.3.3 Data analytics (Big Data)

A aplicação de técnicas de análise de dados, incluindo o processamento de Big Data, permite aos auditores explorar grandes conjuntos de informações. Isso não apenas ajuda na identificação de padrões e tendências, mas também permite uma avaliação mais abrangente de riscos. Os auditores podem utilizar algoritmos para analisar dados não

estruturados, identificando *insights* valiosos que podem informar decisões de auditoria mais fundamentadas.

De acordo com Tiberius e Hirth (2019), a Big Data é definida pelo paradigma dos quatro V: volume, velocidade, variedade e valor. Com os avanços tecnológicos das últimas décadas, todos esses quatro V foram aprimorados, com destaque especial para o valor, que enfatiza a importância dos dados. Adicionalmente, Fotoh e Lorentzon (2021) introduzem mais um V a essa lista, a veracidade.

Babayeva e Manousaridis (2020) caracterizam a Big Data como uma ferramenta de importância significativa para melhorar a avaliação de riscos, a abrangência, a análise de tendências e julgamentos. Isso proporciona aos auditores a oportunidade de conduzir análises prescritivas, como a implementação de práticas que verificam computacionalmente ações existentes e os seus resultados. Essas análises consideram as dificuldades, regras e limitações específicas do processo.

9.3.4 Machine learning

Conforme o Dicionário de Cambridge (2023) destaca, a inteligência artificial caracteriza a *Machine Learning* como a investigação sobre a criação de máquinas com atributos semelhantes aos da mente humana, incluindo a habilidade de compreender a linguagem, reconhecer imagens, resolver problemas e aprender com estes. Segundo esses autores, no contexto de auditoria, as inteligências artificiais têm a responsabilidade de identificar anomalias nos dados contábilísticos, podendo também desempenhar um papel de suporte na otimização dos processos de auditoria, chegando até mesmo a substituir profissionais humanos.

9.4 Impactos da IA na auditoria

Oliveira (2023), destaca que o impacto da IA na auditoria é profundo e abrange diversas dimensões, transformando significativamente a prática dessa disciplina. Algumas das áreas de impacto mais notáveis incluem:

1. Automatização de Tarefas Rotineiras: A IA automatiza tarefas rotineiras e repetitivas, como reconciliação de dados e verificação de transações, permitindo que os auditores se concentrem em atividades mais analíticas e estratégicas.
2. Análise Preditiva e Detecção de Anomalias: Algoritmos de IA são capazes de analisar grandes volumes de dados para identificar padrões e tendências, possibilitando a deteção precoce de anomalias ou comportamentos não usuais que podem indicar fraudes ou erros.
3. Eficiência na Revisão de Documentos: Sistemas baseados em IA podem analisar rapidamente grandes conjuntos de documentos, contratos e relatórios para garantir conformidade com regulamentações e políticas, reduzindo significativamente o tempo necessário para as revisões manuais.
4. Gestão de Riscos aprimorada: A IA é usada na avaliação de riscos financeiros e operacionais. Algoritmos podem analisar dados em tempo real para identificar potenciais ameaças e fornecer *insights* valiosos para a tomada de decisões estratégicas.
5. Auditoria Contínua e Monitorização em Tempo Real: A IA permite a implementação de auditoria contínua, monitorizando transações em tempo real e identificando irregularidades imediatamente. Isso contribui para uma abordagem proativa na gestão de riscos.
6. Inteligência de Dados para Tomada de Decisões: A análise de dados avançadas fornecem informações valiosas para apoiar a tomada de decisões, oferecendo uma visão mais abrangente e precisa do ambiente em que a organização opera.
7. Segurança Digital: é utilizada na deteção de ameaças informáticas que poderiam comprometer a integridade dos dados auditados, fortalecendo a segurança dos sistemas e protegendo a confidencialidade das informações.
8. Personalização e Adaptação: Sistemas baseados em IA podem se adaptar às mudanças nas práticas contabilísticas, regulamentações e padrões, garantindo que as auditorias estejam sempre alinhadas com as últimas exigências e melhores práticas.

EY (2018) a apresenta alguns exemplos em contextos práticos em auditoria, por exemplo, na automatização de registos contabilísticos, melhorando a deteção de fraudes

por meio de modelos que adquirem conhecimentos autonomamente. Sugerem ainda outra transformação mais profunda que será concretizada através do *deep learning*, baseada em algoritmos que analisam dados não estruturados, como contratos, agilizando revisões, alcançando níveis de precisão superiores aos métodos manuais. A IA capacita os auditores a trabalharem de maneira mais eficiente, otimizando o seu tempo para análises mais aprofundadas, permitindo uma interação mais significativa com as partes interessadas, como os *Chief Financial Officer* (CFO) e comitês de auditoria.

Embora a IA tenha trazido avanços significativos na auditoria, também apresenta desafios e potenciais impactos negativos que são necessários ter em atenção.

9.4.1 Impacto da IA na prova de Auditoria

Como apontado por Munoko et al.(2020), o processo de prova de auditoria, tradicionalmente caracterizado pela minuciosa análise de documentos e registros, está a passar por uma metamorfose através da automatização e da potência analítica da IA. A utilização de algoritmos avançados não apenas agiliza a coleta de evidências, mas também aprimora a análise, identificando padrões complexos e áreas de risco de maneira mais eficaz. Nesse cenário, a relação entre a prova de auditoria e a IA não apenas redefine a eficiência operacional, mas promete elevar a qualidade e a precisão da avaliação financeira, permitindo que os auditores se concentrem em análises estratégicas e na interpretação de resultados.

Munoko et al.(2020) destacam algumas das aplicações atuais de IA na auditoria, como a identificação de áreas de auditoria com maior risco, a revisão de transações, seleção das mais arriscadas para teste e a análise de todas as entradas no livro-razão geral para detecção de anomalias.

Diversos autores oferecem perspectivas e visões sobre o futuro da prova de auditoria, considerando a computação cognitiva como elemento central. A computação cognitiva, promete transformar a prática tradicional de auditoria numa atividade mais eficiente e precisa. Os avanços tecnológicos permitem que algoritmos identifiquem padrões não facilmente percebidos por análises humanas convencionais, melhorando a capacidade de detecção de riscos e irregularidades.

A identificação de áreas de auditoria com maior risco, conforme proposta por PwC (2016), é apenas um exemplo do potencial da IA. A revisão automatizada de transações, selecionando aquelas mais relevantes para testes, e a análise minuciosa de todas as entradas no livro-razão geral para detecção de anomalias, conforme mencionado pela PwC (2018), respetivamente, demonstram como a IA pode ser aplicada de maneira abrangente e eficaz.

Neste cenário, a prova de auditoria impulsionada pela IA não apenas otimiza o processo, mas também permite que os auditores alcancem novos patamares de análise e interpretação. Com a automatização de tarefas rotineiras, os profissionais podem dedicar mais tempo à análise estratégica, avaliação de resultados e tomada de decisões informadas. A relação simbiótica entre auditores e IA redefine o papel tradicional da prova de auditoria, transformando-a numa ferramenta poderosa para garantir a integridade financeira e a conformidade nas organizações modernas. Este é um caminho promissor, marcado por inovação e aprimoramento contínuo na busca pela excelência na prática da auditoria.

Apesar dos avanços promissores, a integração da IA na prova de auditoria também enfrenta desafios significativos. Um ponto fraco crucial reside na falta de transparência e interoperabilidade dos algoritmos utilizados, conforme referido por Munoko, et al. (2020). A complexidade inerente aos modelos de IA pode resultar em decisões que são dificilmente compreendidas, não apenas pelos auditores, mas também por outras partes interessadas, levantando preocupações sobre a confiança nas conclusões alcançadas. Outro ponto desfavorável é que, como a “IA é baseada em dados, os resultados podem ser tendenciosos ou discriminatórios se os dados subjacentes o forem”, tal como descrito por Ramos et al. (2024). Além disso, a dependência excessiva destes sistemas inteligentes podem gerar uma complacência na supervisão humana, aumentando o risco de falhas não detetadas.

Munoko et al. (2020), considera que a proteção digital também se torna uma área crítica, pois a integração de sistemas automatizados cria potenciais vulnerabilidades que podem ser exploradas por ameaças externas. A resistência cultural e a adaptação lenta à mudança dentro das organizações podem representar obstáculos significativos, impedindo a plena aceitação da IA na prática de auditoria. Estes desafios apontam para a necessidade de um equilíbrio cuidadoso entre inovação tecnológica e considerações éticas e práticas no contexto da auditoria moderna.

A solução dada por Munoko, et al. (2020) para estas diversas situações prende-se com a criação de uma *Explainable AI*. Esta refere-se à capacidade de sistemas de IA explicarem de maneira compreensível e transparente como tomam decisões ou produzem resultados. Isso é especialmente relevante em casos em que as decisões ou previsões feitas por algoritmos afetam os indivíduos, organizações ou a sociedade como um todo. “*Explainable AI* é um passo crítico para garantir uma auditoria em IA consistente com os padrões profissionais”. (Munoko, et al., 2020)

Este tipo de inteligência artificial, é muito importante, em diversos aspetos, como:

1. **Transparência e Confiança:** A capacidade de entender como um sistema de IA chega a uma conclusão ajuda a construir confiança nas decisões tomadas pela máquina. Isso é crucial, especialmente em áreas sensíveis, como saúde, finanças e justiça.
2. **Responsabilidade:** A explicabilidade é um aspeto fundamental para atribuir responsabilidades quando algo dá errado. Se um sistema de IA toma uma decisão incorreta ou prejudicial, é importante poder identificar as razões por trás dessa decisão para corrigir ou ajustar o modelo.
3. **Adoção e Aceitação:** Compreender como a IA toma decisões facilita a aceitação e adoção dessas tecnologias por parte dos usuários, reguladores e partes interessadas.

Essa abordagem visa equilibrar a sofisticação e a precisão da IA com a necessidade de compreensão e confiança por parte dos usuários e da sociedade em geral.

10 A prova de Auditoria, a Tecnologia e o Ceticismo profissional

Na procura incessante pela excelência na prática da auditoria, a interseção entre a prova de auditoria, a tecnologia e o ceticismo profissional emerge como uma área repleta de oportunidades. Munoko et al. (2020) destacam a importância vital de mitigar os efeitos adversos da aplicação do julgamento ao utilizar a tecnologia, uma consideração essencial para preservar a objetividade das descobertas da auditoria. Munoko et al. (2020) comenta que enquanto a IA avança na auditoria, o ceticismo profissional, crucial em julgamentos complexos, pode ser limitado. A avaliação de estimativas, são um exemplo complexo,

permanece uma fronteira desafiadora para a automatização, mas a possibilidade futura de avanços tecnológicos aponta para horizontes promissores.

A ligação do auditor com o cliente também evolui com a maturação da tecnologia. Munoko et al. (2020) vislumbram um futuro no qual os Sistemas Automáticos do auditor e do cliente se comunicam diretamente, transformando a interação num processo mais autónomo. A ascensão da IA aprimorada para um nível de independência elevado sugere uma mudança paradigmática na dinâmica auditor-cliente, onde a revisão humana pode ser reduzida após iterações substanciais de uso.

Segundo, Barr-Pulliam, et.al. (2023), a redução da recolha de evidências para minimizar interações pessoais com a gestão do cliente revela um desafio na comunicação eficaz, adverte ainda, sobre um possível impacto negativo na qualidade da auditoria quando há uma diminuição na documentação, obscurecendo informações cruciais e reduzindo a probabilidade de identificação de problemas pelos revisores.

Janssen et al. (2021), sugerem que o ceticismo profissional é tanto uma mentalidade quanto uma atitude. Essa perspetiva acrescenta nuances importantes à discussão sobre ceticismo profissional na era da tecnologia, sublinhando que vai além do mero julgamento, sendo uma abordagem holística que permeia a mente e as ações dos auditores.

Glover et al. (2015) oferecem uma intervenção para a reticência do auditor em usar procedimentos analíticos substantivos como prova de auditoria. Propõem relaxar a suposição sobre o limite para esses procedimentos, argumentando que, quando adequadamente concebidos, estes podem fornecer níveis de segurança moderados. Esta abordagem desafia perceções convencionais, enfatizando a necessidade de adaptabilidade nas práticas de auditoria diante das inovações tecnológicas.

Em síntese, o cenário da prova de auditoria na era da tecnologia e do ceticismo profissional exige um equilíbrio cuidadoso entre a inovação e a preservação dos valores fundamentais da auditoria. A interação dinâmica desses elementos delinea o caminho para uma prática de auditoria mais eficaz e adaptável, onde a tecnologia e o ceticismo profissional coexistem para aprimorar, em vez de comprometer, a integridade e a qualidade das descobertas da auditoria.

11 O Futuro da Profissão

Apesar da automatização por meio de sistemas como ferramentas de decisão filtradas, Fotoh e Lorentzon (2021), consideram que o julgamento humano continua a ser crucial, sendo preferido em relação aos sistemas automatizados. Ainda que as ferramentas de automação sejam bem elaboradas, o julgamento profissional do auditor permanece como uma ferramenta necessária. Consideram também no que se refira às análises, as novas tecnologias possibilitem uma auditoria abrangente, evoluindo as práticas do método de amostragem baseado em riscos para uma abordagem que utiliza dados de maneira exaustiva. Métodos digitais de análise de dados facilitam a identificação de irregularidades, padrões atípicos e valores anômalos, promovendo a eficiência nas auditorias.

Existe consenso sobre a digitalização aliviar os auditores de tarefas rotineiras, permitindo-lhes concentrar-se em atividades complexas, o que contribui para melhorar a qualidade das demonstrações financeiras, a eficácia das auditorias e a inovação da profissão. Em 2015, o World Economic Forum, previu que até 2025, 30% das atividades de auditoria seriam realizadas por IA. Para Munoko et al. (2020), *“Projecting into the future, it is probable that as AI technology matures, routine lower-level audit tasks will become an AI function.”*

No âmbito da relação auditor-cliente, Fotoh e Lorentzon, (2021), consideram que a digitalização impacta os modelos de preços dos serviços de auditoria, acelera a procura por mão de obra e, conseqüentemente, os custos. A interação crescente dos clientes com ferramentas de *Big Data* influencia as expectativas na relação com os serviços de auditoria, enquanto o uso da tecnologia digital melhora o relacionamento entre auditor e cliente. Chegando à conclusão que cada vez mais será necessária utilização de especialistas em informática, ou os auditores precisarão de incorporar habilidades de análise específicas em relação aos Sistemas de Informação.

O perfil do auditor evolui com a digitalização, exigindo uma combinação de conhecimentos de auditoria e habilidades tecnológicas. O desafio reside na possível perda de conhecimento à medida que tarefas rotineiras são automatizadas, afetando o desenvolvimento de habilidades fundamentais, especialmente entre membros juniores da equipa, tal como descrito por Ivakhnenkov (2023). Quanto à qualidade da auditoria, consideram que a digitalização, por meio de tecnologias cognitivas e análise de dados,

tem o potencial de aprimorá-la ainda mais. O uso de *Big Data* facilita a identificação de padrões, simplificação de dados e auxílio na tomada de decisões, estimulando uma cultura de inovação nas empresas de auditoria.

Em conclusão, contrariando a flexibilidade da obsolescência, a resposta às mudanças tecnológicas não implica a eliminação das auditorias, mas sim uma adaptação do perfil dos auditores. Espera-se que esses profissionais incorporem tecnologias digitais para melhorar a eficiência e eficácia de suas atividades, mantendo assim a relevância da profissão.

12 Questões de Investigação Motivadas pela Revisão de Literatura

Da Revisão de Literatura, resultam as seguintes questões de investigação:

- 1 - Quais as implicações práticas das mudanças propostas pela ED – 500, para as firmas de Auditoria e para os profissionais que realizam as auditorias? (Barr-Pulliam et al., 2023)
- 2 - Quais são os benefícios e desafios da implementação da tecnologia no processo de auditoria, e como é que a tecnologia pode ser adaptada para melhorar a recolha de provas de auditoria? (Austin et al., 2021); (Ivakhnenkov, 2023)
- 3 - Quais os efeitos da rápida evolução tecnológica na capacidade dos auditores de manterem-se céticos diante de novos desafios e na recolha de evidências de Auditoria? (Holovach & Holovach, 2022); (Munoko et al., 2020); (Tiberius & Hirth , 2019)
- 4 - Qual é o impacto da automatização de tarefas, especialmente em relação ao julgamento e à reflexão necessária para a formação de auditores juniores? (Guttsayt, 2023); (Munoko et al., 2020); (Fotoh & Lorentzon, 2021)
- 5 – Na prática quais são os principais critérios que os auditores estão a considerar ao seleccionar e implementar tecnologias para aprimorar a recolha de evidências? (Ferreira, 2020); (Fotoh & Lorentzon, 2021); (Oliveira, 2023)

CAPÍTULO II – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

13 Metodologias de Investigação

A metodologia de investigação é essencial para qualquer pesquisa científica, abrangendo técnicas, procedimentos e abordagens para realizar estudos em várias áreas do conhecimento. A sua escolha depende dos objetivos, questões, tipo de dados e contexto da pesquisa. Durante o estágio, foi utilizado o método qualitativo.

Segundo, Provdanov e Freitas (2013), existem diferenças entre estes métodos como apresentadas na tabela seguinte, da autoria dos mesmos.

Ponto de Comparação	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
Foco da pesquisa	Qualidade (natureza e essência)	Quantidade (quantos, quanto)
Raízes filosóficas	Fenomenologia, interação simbólica	Positivismo, empiricismo, lógico
Frases associadas	Trabalho de campo, etnografia, naturalismo, subjetivismo	Experimental, empírico, estatístico
Metas de investigação	Entendimento, descrição, descoberta, generalização, hipótese	Predição, controle, descrição, confirmação, teste de hipótese
Ambiente	Natural, familiar	Artificial, não-natural
Amostra	Pequena, não-representativa	Grande, ampla
Coleta de dados	Pesquisador como principal instrumento (entrevista, observação)	Instrumentos manipulados (escala, teste, questionário etc.)
Modo de análise	Indutivo (pelo pesquisador)	Dedutivo (pelo método estatístico)

*Figura 2 - Comparação entre Pesquisa Qualitativa e Quantitativa
Fonte: Elaborado por Prodanov e Freitas, 2013*

13.1 Metodologia de Investigação Quantitativa

De acordo com Sousa e Baptista (2011, p. 53) “a investigação quantitativa integra-se no paradigma positivista, apresentando como objetivo a identificação e apresentação de dados, indicadores e tendências observáveis. Este tipo de investigação mostra-se geralmente apropriado quando existe a possibilidade de recolha de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população.”

Ao longo de uma investigação de carácter quantitativo, torna-se essencial elaborar hipóteses e categorizar as relações entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados. Destaca-se pela sua capacidade de identificar conexões causais e descrever minuciosamente a complexidade de hipóteses ou problemas.

A metodologia quantitativa possibilita analisar a interação entre variáveis, compreender processos dinâmicos e contribuir para a formação de opiniões. Além disso, oferece uma análise aprofundada dos comportamentos e atitudes individuais, fornecendo benefícios em diversas áreas. Essa abordagem é valiosa para investigações descritivas e permite uma interpretação detalhada dos dados, promovendo uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados.

13.2 Metodologia de Investigação Qualitativa

Em contrapartida, segundo, Sousa e Baptista (2011, p. 56) “a investigação qualitativa surgiu como alternativa ao paradigma positivista e à investigação quantitativa, os quais se mostraram ineficazes para a análise e estudo da subjetividade inerente ao comportamento e à atividade das pessoas e das organizações”.

A abordagem qualitativa na pesquisa está intrinsecamente ligada ao ambiente onde os dados são recolhidos/observados, envolvendo uma interação direta do investigador com o cenário e o objeto de estudo. Este método exige um extenso trabalho de campo, no qual as questões são examinadas no contexto em que surgem, sem manipulação. Ao contrário da abordagem quantitativa, a análise qualitativa não se baseia em dados estatísticos, não dando prioridade à quantificação ou medição das unidades. Os dados obtidos são descritivos, procurando representar o máximo de elementos presentes na realidade investigada, com ênfase no processo em detrimento do produto. Durante a análise, não é obrigatória a confirmação de situações preestabelecidas, embora um quadro teórico possa guiar a recolha, análise e interpretação dos dados.

A análise qualitativa, em comparação com a quantitativa, é menos formal, pois considera fatores como a natureza dos dados, o tamanho da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos. Esse processo pode ser descrito como uma série de etapas que incluem a simplificação, categorização, interpretação e a elaboração do relatório final dos dados. O conjunto inicial de categorias tende a ser constantemente revisado e modificado, resultando em ideias mais abrangentes e significativas.

Ambas as metodologias desempenham um papel crucial no avanço do conhecimento e na solução de problemas complexos em diversas disciplinas acadêmicas e campos de estudo.

13.3 Metodologias Utilizadas

Para este estudo, foi utilizada a análise qualitativa devido à sua capacidade de lidar com a complexidade do tema selecionado. Essa abordagem permite uma exploração detalhada dos dados, revelando nuances e relações subjacentes.

A análise qualitativa enfatiza a compreensão dos significados por trás dos dados, através da identificação de temas e padrões. Esta abordagem permitiu-nos explorar detalhadamente as práticas de auditoria adotadas para as mais diversas empresas, desde empresas de calçado a metalúrgicas. Ao adotar essa metodologia, procuramos capturar a riqueza das experiências e perspectivas dos participantes, contribuindo para uma conclusão fundamentada e confiável sobre o assunto em questão.

Durante o estágio, houve a oportunidade de observar a condução de auditorias em diversas empresas, abrangendo uma variedade de setores, desde indústrias tradicionais até empresas altamente tecnológicas. Observamos a utilização de técnicas de auditoria automatizadas, algumas incorporadas em software especializado, enquanto outras eram realizadas manualmente. Essas observações práticas permitiram avaliar a eficácia e a adaptabilidade dessas técnicas em diferentes contextos empresariais.

Os participantes do estudo incluíram colegas de trabalho, contabilistas, diretores financeiros e outros profissionais envolvidos no processo de auditoria. Além disso, os sujeitos da auditoria incluíram a equipa de auditoria, clientes ou entidades auditadas, gestores, funcionários, acionistas, reguladores e especialistas externos. Cada um desempenhou um papel fundamental no processo de auditoria, contribuindo para a avaliação da conformidade e integridade das operações financeiras.

Durante o estágio, utilizou-se uma variedade de materiais e instrumentos para conduzir as auditorias, incluindo documentação de trabalho (faturas, contratos...), software de auditoria (ASD), manuais e guias, sistemas de informação da empresa, ferramentas de comunicação (ASD Confirmation, e-mail...) e materiais de referência. Esses recursos foram essenciais para cumprir os objetivos da auditoria e garantir a qualidade dos resultados obtidos.

Em suma, a abordagem qualitativa adotada proporcionou uma compreensão aprofundada das práticas de auditoria e da eficácia das técnicas utilizadas. Os resultados obtidos contribuíram para um melhor entendimento dos desafios e oportunidades

enfrentados pelas empresas no processo de auditoria, fornecendo *insights* valiosos para futuras melhorias e desenvolvimentos na área. Este relatório destaca a importância da análise qualitativa na avaliação das técnicas de auditoria e ressalta a relevância das observações práticas para complementar a análise teórica.

13.4 Construção das asserções e do Modelo de Análise

Das questões de investigação apresentadas, surgiram as seguintes Asserções:

A1: “A ED - 500 propõem alterações nas práticas de auditoria”

A2: “A tecnologia pode adaptar-se, de forma a melhorar a recolha de prova de auditoria.”

A3: “A rápida evolução tecnológica tem impacto no ceticismo profissional e na prova de Auditoria.”

Asserções	Questões
A1: “A ED - 500 propõem alterações nas práticas de auditoria”	1 - Quais as implicações práticas das mudanças propostas pela ED – 500, para as firmas de Auditoria e para os profissionais que realizam as auditorias?
A2: “A tecnologia pode adaptar-se, de forma a melhorar a recolha de prova de auditoria.”	2 - Quais são os benefícios e desafios da implementação da tecnologia no processo de auditoria, e como é que a tecnologia pode ser adaptada para melhorar a recolha de provas de auditoria? 5 – Na prática quais são os principais critérios que os auditores estão a considerar ao selecionar e implementar tecnologias para aprimorar a recolha de evidências?
A3: “A rápida evolução tecnológica tem impacto no ceticismo profissional e na prova de Auditoria.”	3 - Quais os efeitos da rápida evolução tecnológica na capacidade dos auditores de manterem-se céticos diante de novos

	<p>desafios e na recolha de evidências de Auditoria?</p> <p>4 - Qual é o impacto da automatização de tarefas, especialmente em relação ao julgamento e à reflexão necessária para a formação de auditores juniores?</p>
--	---

Asserção A1:

A proposição A1 surge da questão 1, o objetivo da questão 1 é investigar as implicações práticas das mudanças propostas pela ED – 500 para as firmas de Auditoria e para os profissionais que conduzem as auditorias. Isso implica examinar como as alterações propostas afetariam diretamente as operações e procedimentos, bem como o trabalho diário dos profissionais de auditoria. O objetivo é entender os potenciais impactos dessas mudanças nas práticas de auditoria, incluindo aspetos como processos, recursos humanos, formação, tecnologia e conformidade regulamentar. Essa compreensão é fundamental para que as firmas de auditoria e os profissionais possam preparar-se adequadamente para as mudanças propostas e garantir a continuidade de operações eficazes e de alta qualidade, tal como descrito por Barr-Pulliam et al. (2023).

Asserção A2:

A afirmação A2 é uma conclusão lógica que pode ser derivada das perguntas 2 e 5, duas perguntas mencionadas anteriormente. As duas questões estão intimamente relacionadas, já que a implementação bem-sucedida da tecnologia no processo de auditoria pode afetar diretamente a qualidade e eficiência da recolha de evidências.

Ao explorar os benefícios e desafios da adoção tecnológica na auditoria, é inevitável questionar como é que a tecnologia se pode adaptar para otimizar a recolha de provas. A eficiência e precisão oferecidas pela tecnologia podem simplificar a identificação de padrões e anomalias nos dados, facilitando a deteção de possíveis problemas e melhorando a qualidade das evidências reunidas, como mencionado por Austin et al. (2021). Para os auditores, selecionarem e implementarem tecnologias adequadas é necessário considerar critérios como eficácia, confiabilidade, integração com

sistemas existentes e facilidade de uso, assim como foi detalhado por Oliveira (2023), garantindo assim que a tecnologia escolhida realmente contribui para aprimorar o processo de auditoria e fortalecer a validade das evidências recolhidas. À medida que a tecnologia transforma, "A face da profissão de auditoria provavelmente mudará, e vale a pena considerar o que isso significa quando o auditor já não for o tradicional ROC que está vinculado aos códigos de ética da profissão." (Munoko et al., 2020).

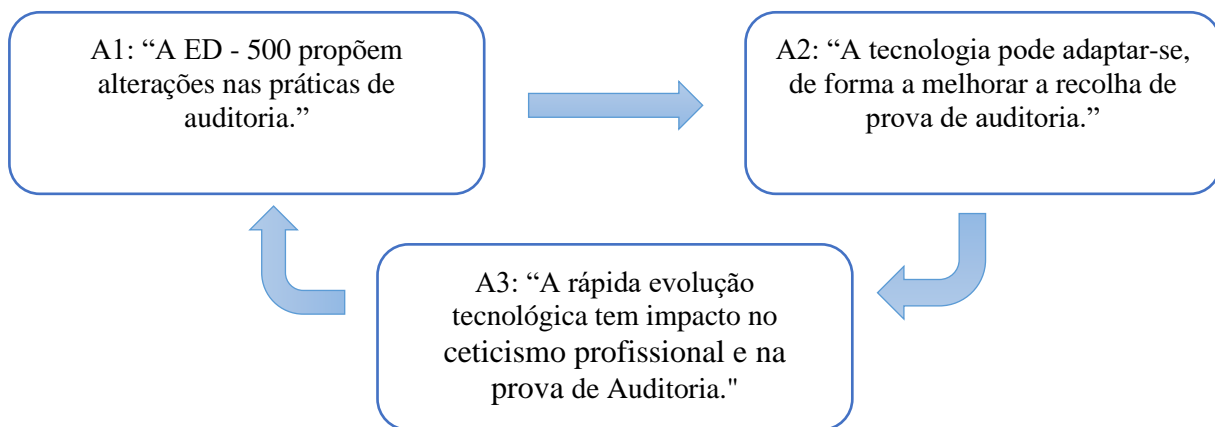
Asserção A3:

A asserção A3 surge da ligação entre a questão 3 e 4. A asserção A3 é derivada da relação entre a análise da questão 3 sobre os efeitos da rápida evolução tecnológica na capacidade dos auditores se manterem céticos diante de novos desafios e a investigação da questão 4 sobre o impacto da automatização de tarefas, particularmente em relação ao julgamento e à reflexão requeridos para a formação de auditores juniores

As duas questões estão conectadas pelo impacto da evolução tecnológica e da automatização de tarefas no campo da auditoria. A rápida evolução tecnológica pode afetar a capacidade dos auditores de manterem-se céticos diante de novos desafios, enquanto a automatização de tarefas pode influenciar a formação de auditores juniores, especialmente no desenvolvimento de habilidades de julgamento e reflexão crítica, tal como explicado por Guttsayt (2023). Ambos os aspetos destacam a necessidade dos profissionais de auditoria se adaptarem às mudanças tecnológicas e garantirem que as formações dos novos auditores incorporem uma abordagem equilibrada entre o uso da tecnologia e o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais.

13.4.1 Modelo de Análise

O modelo de análise é composto por três afirmações de investigação que estão interligadas entre si:



*Tabela 2 - Modelo de Análise
Fonte: Elaboração Própria*

As três afirmações estão interligadas por meio de uma sequência lógica de eventos e possíveis influências. Inicialmente, a afirmação A1 sugere que a ED - 500 propõe alterações nas práticas de auditoria, o que indica uma mudança no cenário da auditoria. Em seguida, a afirmação A2 sugere que a tecnologia pode ser adaptada para melhorar a recolha de prova de auditoria, o que implica uma resposta às mudanças propostas na prática de auditoria pela ED - 500. Por fim, a afirmação A3 enfatiza que a rápida evolução tecnológica tem impacto no ceticismo profissional e na recolha de prova de auditoria, indicando como essa evolução tecnológica influencia diretamente o processo de auditoria e a abordagem dos auditores em relação à avaliação das evidências. Assim, as três afirmações formam uma conexão entre a proposta de mudança na prática de auditoria, a adaptação tecnológica em resposta a essas mudanças e o impacto da evolução tecnológica no processo de auditoria e no ceticismo profissional dos auditores.

**CAPÍTULO III – ESTÁGIO, ENTIDADE DE ACOLHIMENTO E
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

14 Apresentação da Entidade Acolhedora

14.1 MGI & Associados, SROC, Lda.

A MGI & Associados, SROC, Lda, fundada em 2009 por um grupo de Auditores com uma vasta experiência. Destaca-se como uma empresa líder em diversos ramos, como auditoria, fiscalidade e consultoria, sendo o seu principal foco, a auditoria financeira.

Diante do notável crescimento do negócio e da carteira de clientes, a empresa reconheceu a importância de apoiar os clientes não apenas localmente, mas também internacionalmente, tornando-se membro da MGI Worldwide em 2009.

Com escritórios estrategicamente localizados no Porto, Lisboa e Moçambique, participa ativamente na MGI Worldwide (seminários, apresentações,...), garantindo uma oferta completa aos clientes em âmbito nacional e internacional.

A reputação da empresa é solidificada pelos mais elevados padrões profissionais e competência operacional da sua equipa. A implementação de diretrizes de trabalho rigorosas, como a ISQM 1, e avaliações regulares asseguram a qualidade e o rigor dos serviços.

Com uma vasta experiência, a empresa atende a entidades públicas e privadas em diversos setores, como municípios, têxteis, cortiça, construção, jogos, universidades, energia eólica, entre outros. A experiência acumulada possibilita que os clientes depositem confiança no compromisso, precisão, ética e transparência da empresa.

14.2 Serviços

A empresa oferece uma gama diversificada de serviços, contribuindo para o sucesso de seus clientes ao proporcionar acesso às informações mais recentes sobre práticas, desenvolvimentos e oportunidades locais e internacionais em auditoria, fiscalidade e consultoria, tais como:

- Auditoria e Revisão de Contas: Utilizando o software especializado, a empresa assegura a conformidade com os padrões internacionais de qualidade e rigor em serviços como Auditoria, Revisão legal das contas, Testes ao Controlo interno,

Certificação de despesas compartilhadas, Certificação de créditos incobráveis, Avaliação de operações de fusão, cisões e transformações de sociedades, e "*Due Diligence*".

- Consultoria Fiscal: apoia na preparação de declarações fiscais, enquadramento fiscal, dossiers de preços de transferência, "*International Taxation*" e "*Due Diligence*" fiscais.
- Consultoria Financeira: oferece serviços como análise de projetos, elaboração de candidaturas aos sistemas de incentivos, avaliação de empresas, estudos de diagnóstico e elaboração do orçamento anual, além da monitorização periódica do desempenho.

15 Softwares Utilizados

Ao longo destes nove meses de estágio, tive o prazer de acompanhar as 2 “fases” (interina e final) de auditoria, que serão descritas de seguida.

O processo de auditoria compreende etapas distintas: uma fase preliminar, conhecida como trabalho interino e outra fase subsequente dedicada ao encerramento das contas ou revisão final. Durante o trabalho interino, realizaram-se atividades envolvendo a avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI), entre outras. Efetuaram-se contagens de inventários e elaboraram-se relatórios sobre as mesmas. Além disso, foram desenvolvidas atividades de encerramento do exercício, que complementam as ações da fase interina, incluindo análises mais aprofundadas das contas e demonstrações financeiras.

Para a realização dos diversos trabalhos, é utilizado o Excel e o programa ASD, que é alimentado pelo SAF-T entregue pelas empresas. Quando as empresas não utilizam este sistema os testes são feitos exclusivamente através do Excel.

15.1 ASD- Software para Auditores Financeiros

Os avanços tecnológicos refletem-se em diversas áreas, sendo a Auditoria uma delas. As ferramentas informáticas desempenham um papel cada vez mais crucial na

auditoria financeira, uma vez que o auditor precisa de emitir pareceres baseados em grandes volumes de dados, que necessita de analisar.

Nesse contexto, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) tem acompanhado o avanço tecnológico, apresentando o software informático de auditoria "ASD Auditor". Este software visa auxiliar a gestão completa de auditoria, alinhado com as ISA e considerando os riscos e requisitos de Controlo de Qualidade.

A integração de dados nos softwares de auditoria traz diversas vantagens, como a eficiência no processamento de dados, uma vez que este tipo de softwares é capaz de ler e interpretar uma variedade de formatos de arquivos, como Excel, TXT, XML, SAF-T, entre outros, permitindo aos auditores importar dados de diversos formatos diretamente para o ASD sem necessidade de conversões demoradas ou manipulações manuais, economizando tempo e esforço. Por conseguinte diminui a chance de erros na importação de dados.

Assim, a integração de dados no ASD simplifica o processo de importação e análise de dados, permitindo que os auditores dediquem mais tempo ao trabalho de auditoria em si. Isso resulta numa auditoria mais eficiente, precisa e ágil.

De seguida serão descritas algumas características proeminentes do software ASD Auditor contem:

- Facilita a comunicação entre escritórios e equipas de auditoria, gerindo diferentes níveis de acesso.
- Permite que várias pessoas ou equipas trabalhem simultaneamente num mesmo cliente durante a auditoria.
- Oferece uma visão abrangente da auditoria com uma pasta completa do exercício, organizada em diversas rubricas para facilitar a localização das informações, como demonstrado no Anexo I.
- Controlo de qualidade interno de acordo com ISQM 1, tanto para a firma quanto para as empresas auditadas.
- Permite uma importação rápida e flexível que se adapta qualquer estrutura de plano de contas.
- Realiza o cálculo da Materialidade e de Amostragens Estatísticas.

- Possui uma estrutura abrangente de papéis de trabalho, fornecendo todos os recursos necessários para o auditor, incluindo diversas ferramentas para a execução do trabalho.
- Facilita a revisão de auditoria, fornecendo todos os recursos necessários para cumprir as normas técnicas e *compliance*.

Assim, a integração do mundo tecnológico com a análise de dados torna-se uma mais-valia na atividade de auditoria, proporcionando ao auditor uma compreensão mais eficaz e eficiente na avaliação da entidade e do seu meio envolvente, resultando em melhorias nas respostas ao risco de auditoria que é uma parte crítica do processo de auditoria.

15.2 SAF-T

O SAF-T, anteriormente referido é um padrão internacional de arquivo digital utilizado para facilitar a auditoria fiscal e a troca de informações entre as empresas e as autoridades fiscais. Esse padrão foi desenvolvido para melhorar a eficiência e a transparência nos processos de auditoria, proporcionando uma forma padronizada e eletrónica de apresentar informações contabilísticas e fiscais.

O SAF-T define um formato estruturado de arquivo, geralmente em formato *Extensible Markup Language* (XML), que contém dados fiscais relevantes, como registos contabilísticos, registos de faturas, inventários, entre outros. Esse arquivo digital é projetado para ser facilmente compreendido tanto por sistemas de contabilidade das empresas quanto por sistemas de auditoria utilizados pelas autoridades fiscais.

Atualmente, a maioria das integrações de dados no programa ASD Audit são realizadas através da utilização de ficheiros SAF-T, devido à sua fiabilidade na informação, uma vez que são dados originados por obrigações fiscais.

15.3 Automatização na Introdução do SAF-T

Ao iniciar os procedimentos anuais, uma das etapas cruciais envolve a importação do SAF-T. Durante este processo, o ASD, operada de maneira independente, realiza uma comparação meticulosa entre os saldos finais do período anterior (n-1) e os saldos iniciais de n.

Essa análise minuciosa não apenas garante a integridade dos dados contábilísticos, mas também serve como uma medida proativa na detecção de possíveis irregularidades, incluindo indícios de fraude. Ao identificar discrepâncias significativas entre os saldos iniciais e finais, o ASD desempenha um papel crucial na mitigação de potenciais riscos relacionados com a manipulação indevida de informações financeiras.

Outros automatismos do ASD quando é importado o SAF-T, é a leitura que este faz aos movimentos contábilísticos.

Quando o SAF-T é importado, o ASD desencadeia uma série de automatismos que aprofundam a sua análise. Entre essas ações, está a minuciosa leitura dos movimentos contábilísticos. Realiza diversas comparações e análises como:

- > Verificar número de Dígitos das Contas
- > Verificar Contas inexistentes no Plano de Contas
- > Verificar Contas com Saldo Contrário à sua Natureza
- > Verificar o Saldo da Conta de Resultados
- > Média de Registos por número de lançamento
- > Registos por Grupo de Contas de Plano de Contas
- > Verificar quebra de sequência do número de Lançamento
- > Verificar diferenças no Débito – Crédito por número de Lançamento
- > Verificar diferenças no Débito – Crédito por número de Documento
- > Verificar registos sem número de Lançamento
- > Verificar Registos sem Conta
- > Verificar Registos com data vazia ou incorreta
- > Verificar Registos realizados em dias não uteis
- > Verificar Registos sem Valor no Débito nem no Crédito
- > Verificar Registos com valor tanto no Débito como no Crédito
- > Verificar Registos com Débito ou Crédito negativo

Essa análise inicial revela imediatamente a presença de lançamentos ou movimentos que fogem ao padrão usual. Alguns exemplos desta análise encontram-se no Anexo I.

Demonstra, também, a sua autonomia ao realizar uma série de cálculos fundamentais para a análise. Entre esses cálculos, destacam-se:

- **Criação do Balancete e da Demonstração de Resultados:** Com precisão e eficiência, o ASD gera o balancete e a demonstração de resultados, fornecendo uma visão detalhada e organizada da situação financeira e do desempenho da empresa.

- **Cálculo da Materialidade Global e da Materialidade de Execução:** Uma das responsabilidades primordiais do ASD é determinar a materialidade global e a materialidade de execução. Esses cálculos, são realizados de forma automática, apesar da utilização de julgamento profissional na escolha dos indicadores pelos quais a materialidade será calculada, seja com base no volume de negócios, nos ativos, ou em outros parâmetros relevantes. Sendo necessário por parte do auditor justificar o indicador base escolhido para efetuar este cálculo. Essa flexibilidade garante que a materialidade seja definida de maneira precisa e contextualizada, adequando-se às características específicas da empresa e às exigências do ambiente de negócios.

Esses processos automatizados não apenas agilizam a análise contábilística, mas também garantem a consistência e a confiabilidade das informações, permitindo que os auditores concentrem os seus esforços em áreas de maior risco e relevância, contribuindo assim para uma auditoria eficaz e abrangente.

Apesar da eficácia incontestável das ferramentas automatizadas, é vital reconhecer as suas limitações. Especialmente no que concerne à criação do Balancete e da Demonstração de Resultados, o processo implica a associação de diversas contas a rubricas específicas, como por exemplo, Caixa e Bancos – A2L, conforme observado no Anexo II. Embora essa atribuição geralmente ocorra de maneira autónoma, é essencial verificar minuciosamente se as rubricas foram atribuídas corretamente. Isso requer não apenas a verificação das atribuições existentes, mas também a inclusão e atribuição adequada de quaisquer novas contas que possam surgir.

É crucial ressaltar que, em alguns casos, o sistema pode associar incorretamente contas a rubricas inadequadas, o que pode gerar balancetes e demonstrações de resultados imprecisos. Para mitigar esse risco, é fundamental realizar uma revisão cuidadosa e crítica dos resultados gerados pelo sistema, corrigindo quaisquer erros de associação de contas e garantindo a precisão e confiabilidade dos relatórios financeiros.

15.4 Circularização /ASD Confirmation

Uma outra vantagem do uso de Tecnologias de Informação (TI) é a utilização de plataformas digitais para acelerar o processo de confirmações externas. Esta ferramenta

online, controla e faz a gestão do envio de circularizações e confirmações externas de forma eletrônica e segura.

As confirmações externas são uma parte crucial do processo de auditoria, pois fornecem uma fonte independente de validação das informações apresentadas pela empresa auditada. Isso ajuda a garantir a precisão e a integridade das demonstrações financeiras e fornece aos auditores evidências para avaliar o risco e a adequação das práticas contabilísticas da empresa.

Este procedimento é realizado no encerramento do exercício, envolvendo diretamente terceiros (externos à empresa), como Clientes, Fornecedores, Seguradoras, Acionistas, Advogados, Entidades Relacionadas e Instituições Bancárias, entre outros.

Com base na materialidade e no risco de auditoria, selecionam-se entidades para circularização, seguindo os critérios que se descrevem de seguida:

1. Para os saldos de contas a receber e a pagar, é realizado um processo de amostragem utilizando métodos estatísticos disponíveis no ASD Audit ou a técnica CMA (*Cumulative Monetary Amounts Sampling*). Este procedimento garante a seleção das entidades com maiores saldos e transações, bem como a realização de uma amostragem aleatória.
2. Todos os acionistas, entidades relacionadas, advogados e seguradoras são circularizados. No referente às instituições bancárias, selecionam-se as principais instituições, dependendo do cliente.

Na condução de uma auditoria, a verificação cuidadosa dos endereços de e-mail antes do envio de circularizações é uma etapa fundamental para garantir a entrega precisa e segura das comunicações. É necessário assegurar que as informações cheguem aos destinatários corretos, essa prática contribui para manter a confidencialidade dos dados auditados e promover a eficiência do processo.

Existem dois tipos de confirmação: positiva e negativa. Na confirmação positiva, o auditor solicita à entidade circularizada que confirme a sua resposta, estabelecendo concordância com a informação fornecida ou pedindo informação (sem indicar a quantia). Por outro lado, na confirmação negativa, o auditor solicita à parte confirmante que responda apenas se discordar da informação apresentada no pedido. Esse tipo de notificação é menos conclusivo e não deve ser utilizado como único procedimento de

auditoria a menos que certas condições sejam atendidas, como uma taxa muito baixa de orientações e a ausência de situações que levem os destinatários a ignorar os pedidos de notificação negativa.

Durante o estágio, a confirmação predominantemente utilizada foi a confirmação pela positiva, sem indicação da quantia, mesmo no caso dos clientes. Essa metodologia, apesar de mais elaborada, oferece provas de auditorias mais robustas e contribui de maneira substancial para a qualidade e a integridade das auditorias.

Após recebermos as respostas dos saldos de contas a receber e a pagar, podemos chegar a três possíveis conclusões:

- Concordante: Os saldos concordam com os registros da empresa, não havendo diferenças significativas.
- Discordante: existem diferenças nos saldos e requerem uma conciliação para determinar a origem e a resolução das discrepâncias.

Na ausência de resposta, são executados procedimentos alternativos de auditoria. Esses procedimentos consistem em decompor o saldo existente por entidade, com o objetivo de identificar as transações registradas que ainda estejam em aberto na contabilidade. Em seguida, verifica-se se essas transações foram devidamente pagas ou recebidas no ano seguinte, por meio de consulta de faturas, recibos e extratos bancários. Este processo permite validar a integridade e a precisão dos saldos contabilísticos, como passivos omissos, mesmo na ausência de confirmações diretas dos terceiros envolvidos.

A circularização às seguradoras tem como objetivo principal verificar a cobertura de seguros existente na empresa, confirmando se as apólices de seguro estão em vigor e se as coberturas são apropriadas e abrangem adequadamente os ativos e o pessoal da empresa.

Na circularização de advogados, o objetivo principal é confirmar a existência de litígios em curso, reclamação de créditos ou outras questões legais que possam ter impacto nas demonstrações financeiras ao nível das provisões e imparidades.

16 Áreas de Trabalho

No processo de importação de dados no software ASD Audit, o programa gera automaticamente áreas de trabalho com base nos itens do balanço e da demonstração do resultado do exercício, conforme descrito no Anexo I. Com base no risco e na materialidade das entidades, são desenvolvidos procedimentos de auditoria específicos para cada área.

Os procedimentos realizados em cada área são:

16.1 A1A – Ativos Fixos Tangíveis

✓ **Análise dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT)**

Objetivo: Analisar as principais variações que ocorreram na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis durante o período em análise.

O trabalho desenvolvido envolve a decomposição, por conta, dos aumentos e diminuições observados nos AFT durante o período em questão. Além disso, é realizado um estudo detalhado das principais variações identificadas, procurando compreender as causas e impactos dessas mudanças.

✓ **Análise das aquisições de AFT**

Objetivo: assegurar que os registos contabilísticos correspondem a bens efetivamente adquiridos e que estão devidamente registados e valorizados.

Partindo do extrato contabilísticos como base, utilizando o julgamento profissional, são selecionados alguns ativos para análise, mas normalmente opta-se por analisar a totalidade de ativos, efetuamos a verificação dos documentos suporte e a análise dos cadastros dos bens. O ASD, também consegue identificar os lançamentos de AFT com valores muito elevados, incomuns ou constantes durante um longo período.

✓ **Análise das alienações e abates**

Objetivo: Validar o cálculo correto de mais ou menos valias.

O trabalho realizado consiste em garantir razoabilidade dos Ganhos e Perdas através da análise detalhada das transações. No caso dos abates, é fundamental assegurar a elaboração e conservação do auto de destruição ou inutilização dos bens, com a presença de testemunhas, para evitar possíveis presunções conforme os artigos 80.º e 86.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

✓ **Veículos e Imóveis: AT vs Contabilidade**

Objetivo: Verificar se imóveis e veículos registados na contabilidade constam na listagem da AT.

São pedidas aos clientes, a listagem de imóveis e veículos do Portal da Autoridade Tributária, bem como certidões do registo predial. Estas são comparadas com a totalidade de ativos registados na contabilidade. É ainda verificado se existem garantias registadas nas certidões prediais.

✓ **Reconciliação e Teste ao Mapa de Amortizações**

Objetivo: Garantir que o mapa de ativos está em conformidade com a contabilidade e que a vida útil atribuída é “correta”.

Neste teste confrontamos o mapa de amortizações/depreciações do período com os valores registados na contabilidade.

Realizamos testes de detalhe, observamos as mais e menos valias, depreciações e amortizações, executando procedimentos analíticos, como o recálculo detalhado das depreciações, para validar o cumprimento das normas aplicáveis.

O Propósito destas análises é fornecer evidências sólidas para as asserções, como existência e ocorrência dos AFT, plenitude e corte sem registos não declarados, direitos e obrigações sobre esses ativos, classificação rigorosa e valorização baseada no custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade, e correta apresentação nas demonstrações financeiras, sem omissões.

Prova de auditoria envolve a verificação física dos ativos, análise da documentação de propriedade e custo, análise das depreciações e amortizações, avaliação dos contratos de locação e arrendamento, entre outras atividades. Essas verificações são essenciais para assegurar a existência, a propriedade, a mensuração correta e a adequada divulgação desses ativos no balanço patrimonial da empresa.

16.2 A1D – Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis representam uma categoria crucial nos balanços das empresas, englobando elementos como propriedade intelectual, goodwill, patentes, marcas registradas e softwares. Contrariamente aos ativos tangíveis, estes bens não têm presença física, mas desempenham um papel significativo no valor e na competitividade das organizações.

✓ Análise das aquisições de AI

Objetivo: assegurar que os registos contabilísticos correspondem a bens efetivamente adquiridos e que estão devidamente registados e valorizados.

É essencial realizar testes à aquisição de bens intangíveis para garantir que a empresa aplica o critério adequado. Isso implica distinguir entre a aquisição de um ativo intangível que deve ser reconhecido e contabilizado com um bem, ou como simples gasto, que não contribui para o aumento do valor económico futuro da empresa.

✓ Reconciliação e Teste ao Mapa de Amortizações

Objetivo: Garantir que o módulo de ativos está em conformidade com a contabilidade.

Tal como nos AFT é feito um teste às depreciações, que consiste em verificar se a depreciação dos ativos intangíveis é calculada e registada conforme as políticas contabilísticas em vigor. Avalia-se a vida útil do ativo, assim como no AFT, garantindo que as amortizações acumuladas sejam refletidas de maneira precisa nas demonstrações financeiras, proporcionando uma visão realista do valor líquido desses ativos no longo prazo.

16.3 A1F - Participações Financeiras - Método de equivalência patrimonial

✓ Valorização das participações financeiras pelo MEP

Objetivo: determinar o valor das participações financeiras, considerando a proporção do patrimônio líquido da empresa investida detida pela empresa investidora.

Inicialmente, são identificadas as participações financeiras relevantes, de seguida são analisadas as informações financeiras das empresas participadas, como contratos de aquisição, goodwill e lucros não atribuídos. Após isso calcula-se a proporção de participação da empresa investidora e aplica-se o MEP para determinar o valor das participações financeiras no balanço. Após análise minuciosa, os resultados são documentados e relatados, garantindo que as participações sejam valorizadas com precisão.

16.4 A2A – Inventários

Dado que os inventários representam uma área especialmente propensa a erros e são considerados áreas de risco de auditoria em grande parte das empresas, é crucial aplicar procedimentos adequados. Os objetivos nesta área estão diretamente vinculados às asserções que o auditor deve desenvolver, isso inclui garantir a Existência e Ocorrência dos inventários, assegurar a Plenitude ao verificar se todos os bens estão incluídos nos inventários, certificar o Rigor, a Classificação, a Valorização e imputação correta dos inventários de acordo com as normas contabilísticas, verificar o Corte adequado das operações no período correto, e garantir a Apresentação e Divulgação corretas das transações nas demonstrações financeiras.

✓ Teste contagens físicas

Objetivo: Verificar possíveis discrepâncias entre o inventário físico dos produtos no armazém e os registos na aplicação informática de gestão de stocks.

São realizadas contagens físicas de alguns produtos, escolhidos aleatoriamente ou através da técnica de CMA e compara-se as quantidades contadas com a listagem fornecida pela empresa na data da contagem.

Após a contagem, a equipa de auditoria elabora um relatório detalhado, incluindo informações como o nome do cliente, data e local da contagem, participantes, descrição dos artigos contados, procedimentos realizados e quaisquer discrepâncias encontradas. Posteriormente, verificamos se as quantidades contadas correspondem ao stock em uma determinada data e procuramos obter justificação de qualquer tipo de diferença identificada.

Os inventários detidos por terceiros são confirmados através de solicitações de confirmação.

A prova de Auditoria, passa pela observação física do stock, conciliação de registos contabilísticos com registos físicos, confirmação com terceiros, avaliação de políticas de contagem de stock, análise de ajustamentos de inventário e revisão de procedimentos de controlo interno relacionados com o stock.

Neste tipo de análise conseguimos também observar diversos sistemas que as entidades utilizam para controlar os seus inventários como tecnologias de identificação por radiofrequência, códigos de barras que são utilizadas para rastrear e monitorizar os movimentos de itens de inventário em tempo real e até prateleiras móveis e drones proporcionando uma visão mais precisa e atualizada dos stocks. Sistemas que também utilizamos nas contagens de stocks que permitem uma verificação mais eficiente e reduz a necessidade de auditorias físicas extensivas.

✓ **Reconciliação Listagem Inventário VS Contabilidade**

Objetivo: Validar que a contabilidade e a listagem de inventário são concordantes.

Com base na listagem de inventários fornecida pela empresa, realiza-se a reconciliação com os valores contabilísticos.

✓ **Teste Cut-Off (Compras/Vendas)**

Objetivo: Verificar o corte de operações das compras e vendas.

Para a realização deste teste, são solicitadas cópias digitalizadas das últimas n guias de remessa (GR) ou guias de transporte (GT) e respetivas faturas de compras

recepcionadas em N, com comprovativos de entrada em stock e registos contabilísticos, assim como das primeiras do ano N+1. São igualmente necessárias cópias das últimas GR ou GT e respetivas faturas de vendas emitidas em N, com comprovativos de saída de stock e registo contabilísticos, e das primeiras de N+1, com os mesmos comprovativos. O número de documentos a analisar (representado por n) depende da população total em análise, da materialidade de execução, a tolerância a erros e o nível de confiança desejado, tal como acontece em todas as outras amostras realizadas em auditoria.

O trabalho desenvolvido consiste em verificar as últimas entradas/saídas do ano N e as primeiras entradas/saídas de N+1.

Para tal é analisada a informação pedida anteriormente, verificando se as transações foram registadas no período contabilístico correto, ou seja, se foram contabilizadas no exercício financeiro ao qual pertencem. Isso é crucial para garantir que os resultados financeiros apresentados nas demonstrações sejam precisos e reflitam adequadamente a situação financeira da empresa.

É necessário ter atenção aos *incoterms* porque determinam o momento exato em que a propriedade e os riscos das mercadorias são transferidos do vendedor para o comprador. Esta definição ajuda a garantir que as receitas e despesas sejam especificadas no período correto.

✓ **Teste à Valorização das Matérias-Primas**

Objetivo: Verificar se o inventário se encontra devidamente valorizado.

O teste consiste em fazer uma seleção aleatório de alguns artigos. Para os artigos selecionados, é verificada a última fatura de compra e comparada com o preço médio de cada um dos artigos. Apura-se as diferenças obtidas e avalia-se o seu impacto na valorização global do inventário.

No teste à valorização das matérias-primas, é crucial considerar o método utilizado para calcular os custos, como FIFO (*First In, First Out*) ou o Custo Médio Ponderado. Cada método tem um impacto direto no custo atribuído às matérias-primas em stock e, conseqüentemente, nos valores contabilísticos apresentados nas demonstrações financeiras.

Os principais riscos da área de inventário estão associados às asserções da existência e da valorização dos inventários, pois a gestão pode ter incentivos para inflacionar ou subestimar o valor dos inventários, o que torna esta área propensa a desvios e possíveis fraudes.

16.5 A2C – Clientes

Os testes de auditoria realizados nesta categoria têm como objetivo verificar a validade, precisão e integridade das informações financeiras relacionadas com os clientes da empresa. São realizados dois testes principais:

✓ Confirmação de saldos de clientes

Objetivo: Validar os saldos de clientes a 31/12/n, com base na circularização efetuada.

Conforme mencionado no ponto da circularização, é realizada uma amostragem de entidades a circularizar e usa-se a plataforma do ASD Confirmation para os clientes responderem aos saldos em 31/12/n (confirmação positiva). Este procedimento garante a fiabilidade dos saldos existentes na contabilidade. Esta plataforma identifica de forma autónoma possíveis divergências entre as respostas dos clientes e os saldos contabilísticos. Caso não haja respostas, são necessários procedimentos alternativos, que consistem em analisar os extratos de conta do cliente a 31/12/n e comparar com os comprovativos de recebimento dos cliente em n+1 relativos a vendas do ano n.

Assim, o teste consiste em validar as respostas obtidas (saldos concordantes e discordantes) caso os valores não coincidam é solicitada a reconciliação à entidade auditada.

✓ Análise de potenciais imparidades por reconhecer

Objetivo: Análise da antiguidade de saldos. Verificar se existem valores por registar em perdas de imparidade.

Inicialmente são efetuados diversos procedimentos:

- Obtenção do mapa de antiguidade de saldos de clientes.
- Análise da antiguidade de saldos e confrontação dos valores com a contabilidade.

- Obter confirmação de liquidação de saldos no ano seguinte.
- Questionar saldos antigos não liquidados.
- Verificação da resposta do advogado.

No teste é feita uma análise aos clientes de cobrança duvidosa e à imparidade de clientes. Isso envolve verificar os direitos associados a essas contas, validar os saldos e transações, garantir a inclusão completa das contas a receber e assegurar a correta apresentação e divulgação das informações relacionadas aos clientes nas demonstrações financeiras da empresa.

A análise de risco de imparidade de clientes foca em avaliar a probabilidade de os clientes não serem capazes de pagar as suas dívidas e, conseqüentemente, a necessidade de ajustar os saldos das contas a receber para refletir essa possível perda.

✓ **Validação dos saldos Contabilidade VS. Gestão - Clientes**

Objetivos: Verificar se os saldos registados no software de gestão são concordantes com os registos contabilísticos.

Neste processo, utiliza-se a listagem de clientes extraída do software de gestão fornecida pela empresa para realizar a reconciliação com os valores da contabilidade. Essa reconciliação envolve comparar os dados dos clientes registados no software de gestão com os registos contabilísticos da empresa. Esse procedimento visa garantir a precisão e a consistência das informações financeiras, identificando possíveis discrepâncias entre os dados fornecidos pelo software de gestão e os registos. Ao reconciliar essas informações, é possível garantir que os saldos de clientes estejam corretamente refletidos nas demonstrações financeiras da empresa.

16.6 A2L – Caixa e Depósitos Bancários

Tanto o caixa quanto os depósitos à ordem desempenham papéis fundamentais, pois são parte integrante das finanças de uma organização e são essenciais para garantir a liquidez e a estabilidade financeira. Nesta área são realizados vários testes que passo a enumerar:

✓ **Análise DO, DP e Outros**

Objetivo:

- Validar o saldo da conta de depósitos à ordem e a prazo através das respostas à circularização ou dos extratos bancários.
- Verificar se a empresa elabora reconciliações bancárias, periodicamente, para permitir a identificação e regularização dos itens de reconciliação.
- Identificar a antiguidade dos itens da reconciliação.

Para atingir os objetivos, são cruzadas as respostas obtidas através da circularização ou dos extratos bancários com os registos contabilísticos. Além disso, são obtidas as reconciliações bancárias e os respetivos extratos bancários. Posteriormente, é feita uma análise da natureza dos itens de reconciliação, com o objetivo de compreender as diferenças identificadas.

Esse processo ajuda a garantir que todas as transações tenham sido registadas e que não haja divergências não explicadas.

Foi possível contactar entidades que possuem sistemas contabilísticos capazes de realizar reconciliações bancárias automaticamente, utilizando os extratos bancários. Esse processo envolve a comparação dos extratos com os lançamentos contabilísticos, facilitando a identificação de discrepâncias entre os registos internos da empresa e os dados bancários.

✓ **Resumo das Respostas Bancos**

Objetivo: Resumir saldos com entidades bancárias.

Após receber as respostas das entidades bancárias ao final do exercício, procedemos à elaboração de um resumo dos saldos correspondentes. Esse processo envolve a compilação e organização dos dados fornecidos pelas instituições financeiras, permitindo uma visão clara e concisa da posição financeira da empresa em relação aos seus relacionamentos bancários.

✓ **Autorização de assinaturas**

Objetivo: Verificar quem possui autorização de movimentação das contas bancárias.

Verificar na resposta de cada Banco à circularização quem possui autorização de movimentação das contas bancárias da Empresa e validar com a empresa. Esses procedimentos rigorosos, garantem uma compreensão abrangente da posição financeira da empresa em relação à caixa e aos depósitos à ordem, assegurando a precisão e a integridade das informações financeiras apresentadas nas revisões fiscais demonstrações financeiras.

✓ **Mapa de Base de Dados de Contas do Banco de Portugal**

Objetivo: Verificar se existem contas bancárias abertas em nome da Empresa que não constem na Contabilidade.

No decorrer do trabalho, obtemos o Mapa de Base de Dados de Contas do Banco de Portugal, visando identificar quais as contas bancárias que se encontram ativas para a empresa. Em seguida, comparamos essa informação com os registos contabilísticos da empresa.

✓ **Bancos: Detalhe das Garantias Bancárias**

Objetivo: Verificar quais as garantias bancárias que a empresa possui, qual o seu montante e a data de expiração.

Partindo do mapa de garantias bancárias do Mapa do Banco de Portugal é feita uma análise detalhada das garantias bancárias, explorando as suas características, quanto ao prazo de pagamento e aos respetivos juros. Por fim, verificamos cuidadosamente se essas garantias estavam devidamente documentadas e incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

Esta análise envolve uma comparação das informações disponíveis nas bases de dados com os registos contabilísticos da empresa.

✓ **Contagens de Caixa**

Objetivo: garantir a precisão dos registos contabilísticos relacionados ao caixa da empresa.

Caso o valor de caixa seja muito elevado ou irregular, é necessário contar o caixa, para verificar a exatidão e a integridade dos valores físicos presentes no caixa da empresa. Estas contagens atualmente já não feitas de forma manual, mas através de um sistema de contagem de notas e moedas.

Ao seguir esses procedimentos rigorosos, garante-se uma compreensão abrangente da posição financeira da empresa em relação à caixa e aos depósitos à ordem, assegurando a precisão e a integridade das informações financeiras apresentadas nas revisões fiscais.

16.7 P1 – Capital Próprio

✓ **Análise no Capital Próprio**

Objetivo: Decomposição do saldo da rubrica Capital Próprio e análise dos movimentos ocorridos no período em análise.

Durante o processo de auditoria, realizamos a recolha e análise minuciosa dos documentos de suporte aos movimentos ocorridos na rubrica em questão ao longo do período auditado. Essa análise abrange a verificação da adequação e correção dos registos contabilísticos em relação aos documentos originais, garantindo a precisão das informações financeiras.

Além disso, procedemos à verificação da eventual aplicabilidade do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC). Este artigo trata das restrições à redução de capital social, e sua aplicação, o que pode ter impacto direto nas demonstrações financeiras da empresa. Portanto, é essencial analisar se as operações realizadas estão em conformidade com as disposições legais.

Outro aspeto importante é a análise das atas realizadas durante o período, com o objetivo de verificar eventuais alterações no capital social que não tenham sido

devidamente registadas nos livros contabilísticos da empresa. Essa análise visa garantir que todas as alterações no capital social sejam adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras.

✓ **Análise dos Movimentos e Operações no Capital Próprio**

Objetivo: Análise das alterações verificadas aos detentores de capital social da empresa.

Durante o período em análise, realizamos a decomposição dos detentores de capital, identificando e analisando as diferentes partes interessadas na empresa. Além disso, procedemos à obtenção da Certidão Permanente atualizada, do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) e das atas das Assembleias Gerais e dos Conselhos de Administração. A leitura das atas é necessária para verificar se os movimentos registados na rubrica de Capital Próprio estão de acordo e devidamente suportados por decisões dos acionistas tomadas em Assembleia Geral.

No que concerne ao Capital Próprio, é crucial assegurar a conformidade dos saldos. Torna-se essencial examinar detalhadamente as contas do exercício anterior, verificando se foram devidamente aprovadas e se os movimentos estão respaldados por documentação adequada e autorizados pelos responsáveis competentes. Através da comparação entre o Balancete Geral do exercício anterior e o Balancete Geral à data, elabora-se um mapa com saldo inicial, aumentos e diminuições e saldo final, designado de Mapa de Movimentos de Capital Próprio. É essencial analisar detalhadamente os movimentos e operações que o afetam, incluindo revalorizações, lucros não atribuídos, Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e subsídios não reembolsáveis. Esta análise verifica se as revalorizações de ativos estão corretamente registadas, se os lucros não atribuídos são apropriadamente alocados, se as participações contabilizadas pelo MEP estão refletidas corretamente e se os subsídios não reembolsáveis são reconhecidos como receita de acordo com as condições associadas. Este processo assegura que o capital próprio reflete com precisão a posição financeira da entidade.

Usualmente, o único lançamento observado refere-se à aplicação dos resultados do ano anterior. Este lançamento necessita de uma análise aprofundada, sendo imperativo confirmar a existência da devida aplicação.

A prova de Auditoria inclui a revisão de documentos legais que fundamentam a estrutura de capital da empresa, como atas, contratos de emissão de ações, a análise dos registos contabilísticos relacionados com transações de capital próprio, como aumento de capital, distribuição de dividendos e a confirmação com terceiros sobre a titularidade das ações, quando aplicável.

16.8 P3A – Fornecedores

✓ Circularização dos Fornecedores

Objetivo: Validar os saldos de Fornecedores à data 31/12/n, com base em circularização efetuada.

Tal como referido, no procedimento de confirmações externas, utiliza-se o ASD Confirmation, onde é solicitado aos fornecedores que confirmem os saldos das contas a pagar da empresa a data 31/12/n (confirmação positiva, sem indicação da quantia).

Durante a auditoria, é importante validar as respostas obtidas das entidades, tanto quando os saldos estão concordantes quanto discordantes. Para saldos discordantes, solicitamos uma reconciliação à entidade correspondente. Esta plataforma identifica de forma automática possíveis divergências entre as respostas dos clientes e os saldos contabilísticos.

Se não recebemos respostas, realizamos procedimentos alternativos de validação. Quando os fornecedores são nacionais, analisa-se o extrato de conta de cada fornecedor a 31/12/n e cruza-se com o e-fatura de cada fornecedor. Caso não seja nacional, compara-se o extrato de conta de cada fornecedor com os comprovativos de pagamento do final do ano n e início do ano n+1, relativos a compras de n.

As confirmações também podem incluir outras informações relevantes, tais como os termos de pagamento acordados e quaisquer disputas pendentes.

✓ Saldo parados de fornecedores

Objetivo: verificar a precisão e a integridade dos registos contabilísticos relacionados com as obrigações da empresa com os seus fornecedores.

O programa de auditoria identifica saldos parados de fornecedores, ou seja, os saldos a pagar em aberto por um período prolongado. De seguida, é necessário identificar as causas subjacentes, como disputas, problemas de fluxo de caixa ou falhas no controlo interno. Essa análise permite que a empresa tome medidas corretivas para melhorar a gestão do ciclo de pagamento otimizar o uso de recursos financeiros e mitigar riscos de fraude ou erros nas informações financeiras relacionadas.

✓ **Saldos Contabilidade vs Gestão - Fornecedores**

Objetivos: Verificar se os saldos registados no software de gestão são concordantes com os registos contabilísticos.

São utilizadas as listagens de fornecedores extraída do software de gestão fornecido pela empresa e procedemos à reconciliação com os valores registados na contabilidade. Durante esse processo, comparamos os fornecedores listados na contabilidade, verificando a correspondência entre os saldos e as transações. Essa análise minuciosa permite-nos identificar e investigar possíveis divergências, garantindo que todas as transações com fornecedores estejam corretamente contabilizadas e refletidas nas demonstrações financeiras da empresa.

16.9 P3C – Estado e outros entes Públicos

Objetivo: assegurar que todas as transações, como pagamentos de impostos, taxas e outras obrigações, foram efetuadas e que estão devidamente registadas e refletidas na contabilidade.

Nesta seção, são descritos vários procedimentos realizados em várias áreas, começando pela obtenção de certidões de não dívida das duas entidades relevantes: a Segurança Social e a Autoridade Tributária.

São feitas diversas análises como:

✓ **Declarações de IVA:**

Apurar o montante em aberto de IVA a pagar/recuperar por forma a validar a conta 243, para tal é necessário verificar pagamentos dentro dos prazos legais art.º 41 CIVA e

fazer o levantamento das declarações periódicas de IVA e verificar o respetivo comprovativo de transferência bancária.

Faz-se ainda outro teste, tendo em consideração que o IVA está intrinsecamente ligado às operações de vendas e compras de uma empresa. O IVA é utilizado como um instrumento para verificar a precisão dessas transações comerciais. Ao deduzir o IVA das compras e liquidar o IVA das vendas, os auditores podem, de forma indireta, estimar os valores totais das compras e das vendas. como um instrumento para verificar a precisão dessas transações comerciais. Esse processo permite testar e validar as bases de cálculo do IVA, assegurando que os registos contabilísticos refletem corretamente a realidade das operações comerciais da empresa.

✓ **Retenções de IRS:**

Validar a conta 242 - retenção de impostos sobre o rendimento e 244 - Outros impostos (imposto de selo). Para tal, são analisados as declarações de retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto Selo e os respetivos pagamentos, de acordo com CIRS – art.º 98 "As quantias retidas nos termos dos art.º 99 a 101 devem ser entregues até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram deduzidas".

✓ **Autoliquidação de IRC:**

Verifica-se o pagamento do valor de autoliquidação de imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) nos prazos definidos pela lei art.º 104 CIRC. No caso de existir reembolso, verifica-se a data de recebimento. Determina-se ainda o valor imposto a pagar, tendo em consideração o art.º 105 CIRC. Recalcula-se o pagamento por conta e do pagamento especial por conta, através de simuladores que fazem o cálculo automático, e analisa-se os respetivos pagamentos.

✓ **Levantamentos da Segurança Social:**

Validar a conta 245 e os pagamentos atempado da SS, declaração de remunerações entregue até dia 10 do mês seguinte, conforme art.º 40 e pagamento do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte art.º 43 ambos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema

Previdencial de Segurança Social. E validar a conta 63 com base nas declarações de remuneração, através do levantamento das retenções a partir das folhas resumo das declarações de remunerações; validação das taxas aplicadas com base na tabela das taxas contributivas.

Para o ano corrente, é necessário confirmar a existência e organização de documentos importantes como a Modelo 22, comprovativos de retenções, pagamentos por conta, pagamento especial por Conta, IES.

16.10 P3E – Financiamentos Obtidos

Objetivo: Validar o saldo das contas de Empréstimos Bancários.

Para realizar este teste é necessário analisar as respostas obtidas ao pedido de circularização de bancos e do mapa de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, com referência a 31/12/n. E obter contratos de financiamento celebrados no período em análise.

Os testes realizados aos financiamentos obtidos têm como foco principal verificar a exatidão dos saldos da conta de Empréstimos Bancários (251) e os custos financeiros associados.

Os principais riscos nesta área estão relacionados com a possível existência de passivos ocultos e a aplicação inadequada do princípio da especialização do exercício, especialmente no que diz respeito aos juros incorridos. Além disso, é necessário verificar a distinção adequada entre dívidas financeiras correntes e não correntes, e analisar quaisquer situações de incumprimento. Para isso, é feita uma análise do Mapa de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal para compreender os compromissos de crédito da empresa.

Além disso, são validados os empréstimos por meio de comparações com extratos bancários, esta comparação é feita pelo ASD, basta inserir os valores do Mapa de Responsabilidade do Banco de Portugal. No final do ano para confirmar os saldos, estimam-se e validam-se os juros associados para garantir uma representação precisa dos custos financeiros nas demonstrações financeiras. Essas medidas visam garantir a

integridade e precisão das informações, fortalecendo a transparência na gestão financeira da empresa.

16.11 P3F – Outras dívidas a pagar

✓ Verificação do Acréscimo Férias e Subsídio de Férias

Objetivo: Validar o cálculo da estimativa para férias e subsídio de férias dos colaboradores.

O trabalho realizado consiste no cálculo da estimativa para férias e subsídio de férias através do processamento salarial de dezembro de n / massa salarial de janeiro de n+1.

O trabalho realizado começa como o cálculo da estimativa de férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte, garantindo que as obrigações futuras devido a eventos passados da empresa estejam devidamente refletidas nas demonstrações financeiras. Para atingir esse objetivo, são empregues procedimentos que incluem a revisão da lista de funcionários do exercício-base do período de referência, como janeiro de n, para calcular o montante necessário de férias e subsídio de férias a serem pagos no próximo ano. Este procedimento baseia-se na intenção de uma estabilidade relativa no número de colaboradores, permitindo uma estimativa precisa das despesas futuras.

✓ Análise Documental

Objetivo: é verificar a veracidade e a exatidão das obrigações financeiras da empresa com terceiros que não se enquadram em categorias específicas.

Durante esse processo, é essencial identificar e investigar qualquer discrepância ou irregularidade que possa surgir, garantindo que as informações apresentadas nos registos contabilísticos reflitam com precisão a situação financeira da empresa. Além disso, o teste pode envolver a comparação das dívidas com os saldos de contas correntes, extratos bancários e comunicações com os credores.

16.12 RA – Vendas e Prestações de Serviços

Esta área é de extrema importância, pois há um potencial risco de fraude ao rédito, uma vez que envolve o volume de negócios da empresa, que está diretamente ligado à sua atividade principal. É crucial reconhecer que todas as receitas provenientes desta rubrica estão relacionadas com as operações da entidade, assim como outros rendimentos.

✓ Reconciliação da Faturação vs E-Fatura vs Contabilidade

Objetivo: Reconciliar o extrato da faturação com os totais mensais do E-Fatura.

Pela listagem de faturação e os totais mensais do E-Fatura verificámos se existiam diferenças significativas. Isso permite uma comparação fácil da base tributável mensal com as contas da classe dos Rendimentos.

✓ Análise Documental

Objetivos: Garantir que os registos contabilísticos correspondem a bens efetivamente vendidos e encontram-se corretamente registados e valorizados.

Esta análise decorre de um teste feito ao controlo interno e consiste na seleção de guias de remessa/guias de transporte, de forma aleatória ou por Julgamento Profissional com base na revisão analítica, ou através de técnicas de amostragens do ASD, que é capaz de reconhecer as vendas de maior valor e transações não conformes. Depois de selecionadas são analisadas as guias de transporte, faturas e recibos.

✓ Revisão Analítica

São ainda analisados a sequência da faturação, verificando a ordem cronológica das faturas emitidas pela empresa. Esse processo envolveu a revisão detalhada das datas de emissão das faturas, bem como a numeração sequencial atribuída a cada uma delas. A análise da sequência da faturação permite identificar qualquer irregularidade ou interrupção na emissão das faturas. Além disso, essa análise contribuiu para a deteção de possíveis discrepâncias ou falhas nos processos de faturação.

Na área de auditoria, também é importante reconhecer possíveis saldos sem movimento e identificar a necessidade de constituir ou reforçar imparidades. O risco inerente mais significativo reside na possibilidade de sobrevalorização das vendas e dos créditos a receber, bem como na subvalorização dos pagamentos efetuados pelos clientes, além das perdas por imparidade. Isso significa que há uma preocupação de que as receitas possam estar exageradas, os valores a receber podem não ser recuperados integralmente e os custos incorridos possam não ser devidamente registrados.

No que diz respeito a descontos, devoluções ou outras deduções, é vital verificar se estão corretamente calculados e classificados. Ao comparar esses valores com os do ano anterior, é importante identificar as principais razões por trás de quaisquer diferenças significativas que possam surgir.

É necessário solicitar ao cliente os contratos de prestações mensais existentes, sendo fundamental para analisar as receitas mensais recorrentes. Além disso, é crucial comparar as notas de encomenda do período com as vendas correspondentes, caso a nota de encomenda não dê origem a uma venda efetiva, tenta-se perceber o motivo. A comparação entre esses documentos ajuda os auditores a identificar possíveis discrepâncias ou irregularidades que possam indicar problemas, como falsas vendas.

Devido à sua materialidade, o auditor deve prestar especial atenção às asserções de ocorrência, corte e plenitude. É importante compreender o processo de vendas, as responsabilidades de cada membro da equipa e a metodologia utilizada.

16.13 RF – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

✓ Análise Documental

Objetivos: Garantir que os registos contabilísticos correspondem a bens efetivamente adquiridos e corretamente registados e valorizados.

Nas auditorias dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os auditores seguem os princípios delineados nos parágrafos A110 - A112 da ISA 315, com o objetivo de obter evidências substanciais relacionadas com as declarações da administração incorporadas nas demonstrações financeiras. Um dos principais objetivos é validar a presença dos custos, assegurando que refletem transações efetuadas. Além

disso, os auditores verificam se os custos são especificamente imputáveis à empresa, garantindo que não foram incorridos por conta de terceiros e que corresponderam às despesas efetuadas pela empresa no período sob auditoria.

Outro aspecto importante é a plenitude das transações, que é verificada por meio de documentação de suporte para garantir a ocorrência das transações e o registro adequado no período correto. Também se concentram na valorização e imputação correta dos custos, confirmando que foram registados pelo seu valor correto. Além disso, a classificação e compreensão adequada dos custos nas demonstrações financeiras são confirmadas, garantindo que as operações não correntes sejam destacadas para períodos consecutivos e que os detalhes das operações correntes sejam devidamente apresentados. Esses procedimentos ajudam a garantir a integridade e a precisão das informações financeiras relacionadas com os custos das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos na empresa.

16.14 RG – Fornecimentos e serviços externos

✓ Análise Documental FSE

Objetivos: Análise dos gastos registados em Fornecimentos e Serviços Externos e verificar se está de acordo com a natureza de cada rubrica.

A auditoria nesta área, assim como em outras, visa obter evidências suficientes e apropriadas para validar possíveis subvalorizações de gastos. É feita uma amostra através de técnicas de amostragens do ASD e uma seleção por Julgamento Profissional com base na revisão analíticas, que permitam analisar parte significativa da rubrica.

Os testes de transações são realizados ao longo do ano, como mencionado anteriormente, utilizando uma abordagem baseada em amostras aleatórias, no caso dos gastos mensais, onde é analisado um mês e feita uma extrapolação de gastos para os restantes.

✓ Cobertura de Seguros

Objetivo: Verificar se a empresa possui uma cobertura de seguros adequada e suficiente para proteger os seus ativos e operações contra possíveis riscos e perdas.

Esse teste visa analisar as apólices de seguro existentes, avaliar os tipos de cobertura oferecidos e verificar se correspondem às necessidades e exposição ao risco da empresa. Além disso, procura-se identificar lacunas na cobertura de seguros que possam deixar a empresa vulnerável a determinados eventos adversos. O teste à cobertura de seguros também pode envolver a revisão das cláusulas, limites de cobertura, exclusões e outras condições das apólices para garantir que estejam alinhadas com os objetivos e requisitos da empresa. O objetivo final é garantir que a empresa esteja adequadamente protegida contra diversos tipos de riscos e que possa mitigar eventuais perdas financeiras decorrentes de eventos inesperados que possam colocar em causa a sua continuidade.

16.15 RH – Gastos com Pessoal

Nas rubricas referentes ao Pessoal e gastos com Pessoal, são realizados diversos testes, de onde podemos destacar: Teste ao Processamento Salarial; Teste à Base da Segurança Social; Teste aos Custos com o Pessoal e validação da conta 636 – seguros de acidentes de trabalho. A validação de outros gastos com pessoal, tem com objetivo diminuir a possibilidade de ocorrência de erros, especialmente em relação à conta “638 - Outro gasto com pessoal” é feita uma análise minuciosa à possível sobreavaliação até a data de 31.12.N.

✓ Teste ao Processamento Salarial

Objetivo: Teste ao processamento de salários, nomeadamente à retenção de IRS e Segurança Social.

O procedimento utilizado consiste na seleção aleatória de n funcionários e de diversos meses, ao acaso, conforme detalhe abaixo.

- Verificar a atualização da ficha de cadastro no sistema.
- Verificar se foi pago ao empregado o valor processado no recibo de vencimento.
- Testar as taxas de retenção de IRS nas respetivas tabelas e os descontos efetuados.
- Testar os descontos para a Segurança Social.

- Cruzar o valor líquido apurado pela SROC com o valor do processamento.

Este teste visa garantir a precisão e exatidão dos gastos com pessoal, assegurando que os salários são processados corretamente. Paralelamente, é realizado um Global Check à base da Segurança Social, cruzando as folhas de remuneração com as guias de pagamento da Taxa Social Única (TSU) para validar contas específicas (631, 632 e 635). Por fim, os custos com pessoal são avaliados com base nas folhas de férias selecionadas ao longo de três meses, estimando os saldos e comparando-os com os registos contabilísticos para garantir a integridade e valorização correta dos gastos associados ao pessoal.

✓ **Teste aos Seguros de Acidentes de Trabalho**

Objetivo: garantir que a empresa tenha contratado coberturas de seguros adequadas para proteger os seus colaboradores em caso de acidentes laborais.

Verifica-se a razoabilidade da cobertura de seguros dos gastos com pessoal através da comparação entre a Apólice de Seguro e os valores da contabilidade. Este teste visa verificar se os capitais segurados são suficientes para cobrir eventuais despesas médicas, compensações por incapacidade temporária ou permanente, e outros custos associados a acidentes de trabalho. Além disso, procura-se assegurar que as apólices de seguro estejam em conformidade com a legislação trabalhista e de seguros aplicável, proporcionando uma proteção eficaz aos trabalhadores e à empresa em emergências. O teste também pode incluir a revisão das cláusulas e condições das apólices para garantir a sua adequação às necessidades e características específicas da empresa e da sua força de trabalho.

16.16 RT – Imposto sobre o Rendimento do Período

✓ **Estimativa de Imposto**

Objetivo: Validar a estimativa de imposto - Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC) realizada pela contabilidade da empresa.

O trabalho realizado consiste em comparar os cálculos efetuados pela empresa em relação à estimativa de IRC. Essa análise é crucial para garantir a exatidão e a

conformidade com a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, com intuito de identificar qualquer irregularidade.

A prova de auditoria implica uma verificação detalhada das transações e dos cálculos relacionados com o imposto sobre o rendimento do período. Esta análise pode abranger a avaliação das declarações fiscais submetidas pela empresa, a revisão das provisões para impostos, a verificação dos cálculos do imposto sobre o rendimento corrente e diferido, a análise das reconciliações entre os valores contabilísticos e fiscais, bem como a revisão das políticas contabilísticas adotadas pela empresa no que diz respeito aos impostos sobre o rendimento.

16.17 Documentos de Prestação de Contas

✓ Análise aos documentos de prestação de contas

Objetivo: Validar se a informação das demonstrações financeiras corresponde aos registos contabilístico.

O trabalho desenvolvido consiste na validação de uma primeira versão das demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Anexos,...) para que estas estejam em conformidade com as normas estabelecidas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Para tal são comparadas as demonstrações financeiras proporcionadas pela e empresa auditada e as demonstrações financeiras que o ASD faz de forma autónoma partindo do SAF-T.

É crucial assegurar a presença e correta divulgação de todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras, sendo a Lei n.º 17/2019, de 14 de fevereiro. As informações e os valores apresentados, são comparados com os registos contabilísticos, os dados do ano anterior e com as projeções financeiras. Essa verificação inclui também a análise dos anexos às demonstrações financeiras, conforme a Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

16.17.1 Documentos de Prestação de Contas – Grupos

✓ Análise aos documentos de prestação de contas

Objetivo: garantir a integridade, precisão e conformidade das demonstrações financeiras consolidadas.

Durante essa análise, são examinados os perímetros de consolidação das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, além de avaliarem os métodos contabilísticos utilizados, as transações entre as entidades do grupo e as divulgações nas notas explicativas. Também é essencial considerar a harmonização contabilística, que procura assegurar que todas as entidades do grupo apliquem as mesmas políticas e práticas contabilísticas, garantindo a comparabilidade e a consistência das demonstrações financeiras consolidadas.

O processo de análise das demonstrações financeiras consolidadas de grupos consiste em rever detalhadamente as demonstrações financeiras individuais de cada entidade do grupo, identificar e anular todas as transações e saldos, lucros não realizados, dividendos entre empresas e investimentos em subsidiárias.

Assim, durante o meu estágio, tive a oportunidade de realizar tarefas de auditoria em empresas que receberam Certificação Legal de Contas (CLC) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023. Essa experiência permitiu-me compreender os diversos aspectos de uma Auditoria conducente à emissão de diferentes tipos de opinião que uma CLC pode apresentar.

16.18 Contratação Pública

Nas empresas publicas é ainda feito outro teste, que se encontra descrito de seguida:

✓ Teste à Contratação Publica

Objetivo: garantir a conformidade com os procedimentos legais e regulamentares estabelecidos para a contratação de bens e serviços pelo setor público.

Esses testes são conduzidos com o objetivo de avaliar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, bem como a eficácia dos controles internos implementados para gerir o processo de contratação.

Uma das áreas-chave de teste é a conformidade legal, na qual é analisado o tipo de procedimentos contratual escolhido é o correto e se estes estão alinhados com as leis e regulamentos pertinentes. Isso inclui a avaliação da transparência do processo, a igualdade de tratamento dos concorrentes e a competitividade das licitações. Os auditores também revisam a documentação relacionada à contratação, como os termos de referência, convites para concorrência e contratos, para garantir sua precisão e integridade. É necessário analisar e responder a vários tópicos como se encontram no Anexo II. A IA está a transformar este, pois já existe Tecnologia inteligente capaz de “ler” os mais diversos documentos e apresentar conclusões.

Além disso, os auditores realizam testes de eficácia dos controles internos para avaliar se os processos de contratação estão adequadamente controlados. Isso envolve a análise da segregação de funções, a autorização apropriada dos procedimentos e a revisão independente dos documentos e decisões relacionadas à contratação.

✓ **Teste à execução dos contratos Públicos**

Objetivo: verificar se os contratos estão a ser cumpridos de acordo com os termos estabelecidos, leis e regulamentos aplicáveis.

O teste consiste na análise de documentos pelos auditores, monitoriza-se o cumprimento dos prazos, inspeciona-se a execução, através dos autos de medição, por exemplo, e recolhe-se de feedback das partes interessadas. Além disso, verificam a transparência na divulgação de informações, e registam-se incidentes e ações corretivas. Finalmente, elaboram um documento com as conclusões e recomendações, e acompanham a implementação das melhorias sugeridas, assegurando a eficiência e legalidade na gestão dos recursos públicos.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

17 Apresentação e discussão dos resultados

O objetivo deste relatório é concluir sobre as asserções de investigação criadas e descritas anteriormente. Começando por realçar os impactos práticos propostos pela ED-500 e a necessidade de os auditores acompanharem os avanços tecnológicos de forma criteriosa e reflexiva para garantir a qualidade e a integridade das auditorias.

Contudo, dado que a pesquisa conduzida é predominantemente qualitativa, uma vez que os dados foram extraídos da observação e da experimentação, refletidos na descrição das várias atividades executadas durante o estágio, não é expectável quantificar de forma precisa a validação das análises. Em virtude do método empregue, é assumida uma escala de validação de Verdadeiro, Falso ou Não Aplicado, para avaliar o trabalho realizado.

Assim, relativamente à asserção “A1: A ED – 500 propõem alterações nas práticas de auditoria” através da observação direta das práticas atuais e alguma suposição partindo da leitura da ED-500, podemos validar a asserção com Verdadeira.

A proposta da ED-500 traz consigo uma série de mudanças práticas nos procedimentos de auditoria. Essas alterações incluem a incorporação de tecnologias como a automatização de processos robóticos para automatizar aspetos administrativos dos procedimentos de auditoria, como a obtenção de confirmações externas. Um aspeto importante dessas mudanças é a possibilidade de combinar diferentes tipos de procedimentos de auditoria e realizar procedimentos que atendam a mais de um propósito simultaneamente. Isso pode incluir o uso de ferramentas automatizadas para identificar e selecionar itens para testes, bem como a realização de procedimentos analíticos substantivos.

Essas mudanças têm um impacto direto nos procedimentos de auditoria realizados no contexto atual. Por exemplo, na avaliação de riscos, os auditores podem analisar dados de uma população inteira de lançamentos contabilísticos para identificar tendências e lançamentos incomuns que possam indicar riscos de distorção materialmente relevante. Além disso, a IA pode ser utilizada para recolher e analisar informações de diversas fontes, como notícias, permitindo identificar áreas de risco de auditoria.

Nos testes de controlo, podem ser utilizadas ferramentas automatizadas para avaliar direitos gerais de acesso e configurações de TI, além de reexecutar operações de

controle ao longo do período. E nos procedimentos substantivos, a automatização de processos robóticos e a tecnologia de leitura de máquina podem ser implementadas para facilitar aspectos administrativos e verificar itens selecionados para testes de detalhes em relação à documentação subjacente.

Esses exemplos concretos ilustram como os procedimentos de auditoria estão a adaptar-se às diretrizes propostas pela ED-500, aproveitando ao máximo as vantagens oferecidas pela tecnologia. Essas mudanças não apenas melhoram a eficiência e a eficácia dos procedimentos de auditoria, mas também garantem uma abordagem mais abrangente e precisa na identificação de riscos e na obtenção de evidências relevantes.

Durante todo o estágio foi possível perceber que apesar da ED – 500 ainda não estar em vigor, esta já é aplicada no dia a dia das atividades, como a digitalização de documentos que são automaticamente transferidos para o programa de auditoria.

Aquando da discussão com o ROC, orientador de estágio, concluiu-se que a ED – 500 inclui considerações em relação à tecnologia, com indicações de como a mesma pode ser usada para obter evidências de auditoria. No fundo, a ED-500 vem corroborar o que nos últimos tempos, em virtude da referida evolução tecnológica, já se tem vindo a fazer em termos de práticas de auditoria, o que confirma o descrito por Barr-Pulliam et al. (2023). Assim, o uso da tecnologia vem permitir realizar testes mais profundos e extensos e inclusivamente melhorara a eficiência do trabalho realizado. Em determinadas situações poderá chegar-se a casos que será possível auditar toda a população e não apenas uma amostra.

A asserção “A2: A tecnologia pode adaptar-se, de forma a melhorar a recolha de prova de auditoria.”, pode validar-se como Verdadeiro. Tendo em consideração as atividades observadas e realizadas foi possível observar que a rápida evolução tecnológica está a transformar significativamente a prática da auditoria, proporcionando aos auditores acesso a ferramentas e técnicas cada vez mais avançadas para recolher e analisar evidências. Uma das mudanças mais notáveis é a automatização de tarefas rotineiras, foi possível observar que já existem programas contabilísticos que fazem reconciliações de dados de forma automática. Com a automatização, estes tipos de tarefas podem ser realizados de forma rápida e eficiente por sistemas especializados.

Outro exemplo, é a integração de digitalização de documentos diretamente ao sistema de auditoria. Com apenas uma foto de um documento em papel, ele é

automaticamente transferido para o sistema de auditoria, garantindo acesso instantâneo de qualquer lugar. Essa funcionalidade valida conceitos discutidos por Munoko et al. (2020). Além disso, o sistema de auditoria permite colaboração entre múltiplos indivíduos, até mesmo em diferentes partes do mundo, facilitando um trabalho conjunto mais eficiente.

Essa mudança para atividades mais analíticas e estratégicas é crucial, pois permite que os auditores utilizem a sua experiência e ceticismo para interpretar os dados e identificar padrões ou tendências significativas. Os auditores podem agora analisar as informações de maneira mais profunda e contextual, fornecendo insights valiosos para a organização auditada.

No entanto, essa transformação tecnológica também traz desafios, como a necessidade de os auditores estarem atualizados com as últimas tecnologias e ferramentas disponíveis. Isso requer investimento em formação profissional contínuo para garantir que os auditores estejam equipados para utilizar essas ferramentas de forma eficaz. Para além da formação, as implementações de sistemas de IA acarretam muitos custos que pequenas e médias empresas não conseguem suportar, confirmando as conclusões apresentadas por Oliveira (2023).

Durante um debate de ideias com o orientador de estágio, concluiu-se que o com o aparecimento recente da IA, será possível moldar a tecnologia de acordo com os procedimentos de auditoria executados. No entanto, como toda a inovação inicialmente os gastos com a implementação são muito elevados e ainda irá demorar algum tempo a poder ser implementado no universo das SROC.

Por fim a asserção “A3: A rápida evolução tecnológica tem impacto no ceticismo profissional e na prova de Auditoria.”, pode ser validada com Verdadeira. Partindo da análise dos ROC como quem teve a oportunidade de trabalhar é possível perceber que a rápida evolução tecnológica está a desafiar os fundamentos do ceticismo profissional e da prova de auditoria, impondo aos auditores a necessidade de uma avaliação crítica do uso das novas tecnologias nas suas práticas. À medida que as ferramentas tecnológicas continuam a avançar a um ritmo acelerado, os auditores enfrentam o desafio de se manterem atualizados e céticos em relação aos seus efeitos na qualidade das provas de auditoria.

O ceticismo profissional, um pilar essencial da auditoria, exige que os auditores adotem uma postura de questionadora ao avaliar as informações fornecidas pela entidade auditada. No entanto, a introdução de novas tecnologias, pode influenciar a percepção dos auditores sobre a confiabilidade e integridade das evidências recolhidas. À medida que ferramentas avançadas como a inteligência artificial, tornam-se parte integrante do processo de auditoria, surge uma mudança na abordagem tradicional para a análise de dados e documentação. Embora essas tecnologias ofereçam vantagens em termos de eficiência e precisão na identificação de padrões e inconsistências, também é fundamental considerar como os auditores interpretam e confiam nas evidências geradas por esses sistemas automatizados. A adaptação a essas novas tecnologias exige não apenas competências técnicas aprimoradas, mas também uma avaliação contínua da confiabilidade dos dados e do impacto potencial nas conclusões da auditoria. Portanto, a implementação bem-sucedida dessas tecnologias deve ser acompanhada por protocolos rigorosos de controlo de qualidade e uma compreensão clara das limitações e desafios associados à sua utilização no contexto da auditoria tal como mencionado por Austin et al. (2021).

Além disso, os auditores também devem estar preparados para ajustar os seus testes conforme necessário para garantir a qualidade das evidências recolhidas. Isso pode envolver a revisão e atualização dos métodos de amostragem, a implementação de controlos adicionais para mitigar os riscos associados à tecnologia e formação para garantir que os auditores possuam as habilidades necessárias para avaliar adequadamente o uso das novas tecnologias.

A auditoria passa por uma fase intrigante, pois neste momento existem processos contabilísticos a serem realizados de forma automática por IA. Caso sejam encontrados erros por parte dos auditores, somos deparados com respostas como “Não sei porque é que deu erro, foi o sistema que fez”. Atualmente, em vez de analisarmos apenas os trabalhos realizados pelos recursos humanos é necessário também analisar os recursos tecnológicos, por exemplo, os sistemas de processamento salarial automático. É perceptível uma certa reticência por parte das empresas auditadas quando colocamos em causa algo feito por um sistema de IA. O que confirma as preocupações descritas por diversos autores anteriormente, como por Guttsayt (2023).

A opinião do ROC sobre esta questão é que, como ocorre com qualquer inovação, o ceticismo inicial é sempre considerável. Dado que os auditores são naturalmente

céticos, acredita-se que esse ceticismo tende a aumentar numa fase inicial. É crucial assegurar que a informação obtida pela tecnologia seja fidedigna e verificar o nível de segurança contra a manipulação de dados. Nesse cenário, será necessário expandir o conhecimento dos auditores e, possivelmente, consultar especialistas para garantir a confiabilidade das informações obtidas.

Discutiu-se também que a adoção de tecnologias avançadas representa desafios significativos para as Firms de Auditoria de menor dimensão. Os custos elevados são uma barreira importante, uma vez que investir em tecnologia de ponta pode ser financeiramente exigente para orçamentos limitados. Além disso, a falta de recursos humanos qualificados implica em investimentos adicionais em formação. A infraestrutura tecnológica limitada e a falta de compatibilidade com os sistemas das empresas auditadas também constituem obstáculos, dificultando a eficácia e a implementação das novas tecnologias. Superar estes desafios requer estratégias adaptadas que considerem as limitações específicas destas firmas, garantindo uma adoção sustentável e eficaz das tecnologias inovadoras no processo de auditoria.

Em suma, as três asserções apresentadas revelam um cenário dinâmico e desafiador para o campo da auditoria, impulsionado tanto por mudanças regulatórias quanto por avanços tecnológicos. A ED-500 propõe alterações significativas nas práticas de auditoria, refletindo a necessidade de atualização e adaptação às novas realidades do ambiente empresarial. Ao mesmo tempo, a tecnologia emergente oferece oportunidades para aprimorar a recolha de provas de auditoria, mas também exige uma avaliação crítica de seu impacto no ceticismo profissional e na integridade das auditorias. A rápida evolução tecnológica apresenta desafios e oportunidades para os auditores, destacando a importância de uma abordagem proativa e adaptativa para garantir a qualidade e eficácia das auditorias em um cenário em constante mudança.

18 Conclusão

Ao longo desta pesquisa sobre o impacto da tecnologia na prova de auditoria e as suas implicações no ceticismo profissional do auditor, foi evidente que as mudanças tecnológicas estão a remodelar as práticas da auditoria. A introdução de novas tecnologias, como inteligência artificial, análise de *Big Data* e a automatização de processos, oferece oportunidades sem precedentes para melhorar a eficiência e precisão da recolha de provas de auditoria. No entanto, essa transformação também traz consigo desafios significativos, incluindo a necessidade de os auditores avaliarem criticamente o uso dessas tecnologias e de se manterem céticos em relação aos seus efeitos nas auditorias.

Diante da rápida evolução tecnológica, os auditores enfrentam a tarefa de se adaptarem continuamente às novas realidades do ambiente empresarial. Isso requer uma abordagem proativa para compreender e incorporar efetivamente as tecnologias emergentes nas suas práticas de auditoria, ao mesmo tempo em que se mantêm vigilantes em relação aos riscos associados ao seu uso. A capacidade de os auditores equilibrarem a adoção de tecnologia com o ceticismo profissional é essencial para garantir a integridade e a confiabilidade das auditorias num ambiente em constante mudança.

O caso prático consistiu na realização de um estágio profissional, na sociedade “MGI & Associados, SROC.”, durante 9 meses e um primeiro emprego. Onde foi possível vivenciar de perto os diversos procedimentos adotados em auditoria. Através da observação e da execução direta de várias técnicas, obteve-se uma compreensão abrangente das operações nesta área.

Essa experiência revelou a amplitude da auditoria, tanto no contato com clientes de diferentes setores quanto na aplicação de normas específicas. Foi uma oportunidade valiosa para aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação académica, resultando em um crescimento profissional significativo. Adquiri novos conhecimentos, explorei métodos e técnicas de trabalho que certamente serão vantajosos no futuro.

Na prática da auditoria, foram identificados diversos fatores que influenciam diretamente o desempenho e as condições de trabalho. A comunicação foi destacada como essencial, dada a natureza colaborativa do trabalho em equipa. Além disso, a organização pessoal e profissional desempenha um papel crucial na eficiência das operações. A empatia também se mostrou fundamental, uma vez que é necessário estabelecer boas

relações com os funcionários das empresas auditadas, dada a necessidade de obtenção de informação.

Do estudo sobre o impacto da tecnologia na prova de auditoria destacam-se pela mudança substancial nos métodos convencionais de recolha e análise de evidências, a introdução de ferramentas avançadas, como inteligência artificial e leitura automática, que podem melhorar significativamente a eficiência e precisão na deteção de padrões e inconsistências nos dados auditados. Contudo, esta automatização também suscita preocupações sobre o ceticismo profissional dos auditores. A ampla utilização de tecnologias pode afetar a confiança na origem e integridade das evidências recolhidas, requerendo uma adaptação das práticas de auditoria para assegurar que as conclusões sejam baseadas em análises rigorosas e independentes.

A ED-500 tem como objetivo modernizar a ISA 500 para se adaptar ao atual ambiente de negócios e auditoria, que está cada vez mais influenciado pela tecnologia. Entre as principais preocupações do IAASB estão a capacidade da norma se adaptar para lidar com diversas formas de utilização de tecnologia, que permita acomodar mudanças tecnológicas sem ser prescritiva, e a valorização do ceticismo profissional do auditor. Além disso, destaca-se a necessidade de fornecer uma estrutura para avaliar criticamente a informação usada como evidência de auditoria, garantindo sempre a suficiência e adequação desta evidência. Os desafios enfrentados pela profissão de auditoria incluem manter a qualidade e quantidade adequadas de evidência de auditoria com a integração de novas tecnologias, garantir a formação adequada dos auditores para o uso eficaz de ferramentas automatizadas, preservar o ceticismo profissional perante a crescente complexidade dos sistemas de informação, e integrar considerações éticas e de independência na utilização da tecnologia na prática de auditoria. O IAASB está comprometido em abordar estes desafios de forma flexível e adaptável através da revisão da ISA 500, mantendo os princípios fundamentais da auditoria.

Em suma, a realização do estágio permitiu experienciar as práticas de auditoria, perceber como a evolução tecnológica está a impactar as empresas e os profissionais de auditoria, bem como a relevância do ceticismo profissional nesta temática. Conclui-se que os auditores devem adotar uma postura de questionadora e crítica ao avaliar o impacto da tecnologia nas auditorias, o que apoia os resultados obtidos por Munoko et al. (2020). Ao manterem-se atualizados com as últimas tendências tecnológicas e ajustarem suas práticas conforme necessário, podem garantir que a recolha de provas de auditoria

permaneça robusta e confiável, preservando assim a qualidade e a eficácia dos trabalhos no cenário contemporâneo.

19 Limitações ao Estudo

Este estudo apresenta algumas limitações, começando por identificar que a base do estudo repousa inteiramente no estágio profissional realizado, o que implica que as conclusões obtidas se aplicam apenas à entidade específica em questão, impossibilitando generalizações. Outra limitação diz respeito à falta de dados quantitativos para análise, já que o estudo depende exclusivamente das informações fornecidas pela entidade acolhedora e pela revisão de literatura. Por último, a maior limitação identificada reside na escassez de informações e estudos sobre a ED – 500 e o seu impacto na prova de auditoria. Essas limitações destacam a necessidade de uma abordagem cautelosa ao interpretar os resultados deste estudo.

20 Perspetivas Futuras

Uma proposta para futuras pesquisas envolve a realização de uma pesquisa quantitativa através da realização de questionários a um grupo diversificado de auditores, onde sejam levantadas as questões de investigação apresentadas. Este método, permitirá explorar em profundidade as questões de investigação o que pode agregar valor ao estudo. Além disso, sugere-se a realização de estudo efetuado por Auditores em colaboração com Especialistas Informáticos, podendo esta abordagem enriquecer a compreensão do tema em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, B. (2022). *Manual de Auditoria Financeira* (4.^a ed.). Escolar Editora
- American Institute of Certified Public Accountants (A.I.C.P.A.) (2012), Evolution of Auditing: From the Traditional Approach to the Future Audit, White Paper.
- Assembleia da República. (2009). Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro. Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. *Diário da República*, Série I, n.º 180, 6490-6528.
- Assembleia da República. (2014). Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro. Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. *Diário da República*, Série I, n.º 11, 253-346.
- Assembleia da República. (2015). Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro. *Diário da República*, Série I, n.º 174, 7135-7177.
- Austin, A., Carpenter, T., Christ, M., & Nielson, C. (2021). The data analytics journey: Interactions among auditors, managers, regulation, and technology*. *Contemporary Accounting Research*.
- Babayeva, A., & Manousaridis, N. (2020). The effects of digitalization on auditing.
- Baker Tilly International. (2023). *IAASB ED ISA 500 Revised April 2023*. Acedido em: <https://www.iaasb.org/sites/default/files/2023-04/IAASB%20ED%20ISA%20500%20Revised%20April%202023%20Baker%20Tilly%20International%20FINAL.pdf>
- Barr-Pulliam, D., Calvin, C. G., Eulerich, M., & Maghakyan, A. (2023), Audit evidence, technology, and judgement: A review of the literature in response to ED-500. In Wiley, Oline Library
- BDO. (2023). *Comment Letter Response - ISA 500 (Revised) [Resposta da carta de comentários - ISA 500 (Revisada)]*. Acedido em: <https://www.iaasb.org/sites/default/files/2023-04/BDO%20Comment%20Letter%20Response%20-%20ISA%20500%20%28Revised%29.pdf>
- Cambridge University. (2023). *Cambridge Dictionary*. Acedido em: <https://dictionary.cambridge.org/>
- Costa, C. (2023). *Auditoria financeira: Teoria e prática* (13.^a ed.). Rei dos Livros.

Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de junho, Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, Código das Sociedades Comerciais

EY (2018), *Artificial Intelligence in Europe – How 277 Major Companies Benefit from AI*. Report commissioned by Microsoft and conducted by EY.

EY Global. (2023). *Comment Letter ISA 500*. Acedido em: <https://www.iaasb.org/sites/default/files/2023-04/EYG%20Comment%20Letter%20ISA%20500.Final%20for%20IAASB.pdf>

Ferreira, F. (2020). O Efeito do Capital Humano na Utilização de Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador (TAACs)

Fotoh, L. E., & Lorentzon, J. I. (2021). The Impact of Digitalization on Future Audits.

Galhardo, J. (2023). *A intuição no ceticismo profissional do Auditor: Revisão de Literatura*.

Glover, S. M., Prawitt, D. F., & Drake, M. S. (2015). Between a rock and a hard place: A path forward for using substantive analytical procedures in auditing large P&L accounts: Commentary and analysis. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 34(3), 161–179.

Guttsayt, E. (2023). Evidence-Based and Professional Judgment in Auditing. *Auditor*.

Hammersley, J., & Ricci, M. (2020). Using Audit Programs to Improve Auditor Evidence Collection. *Corporate Governance & Accounting eJournal*

Hegazy, M. e Salama, S. (2022). Efeitos de fatores qualitativos e características pessoais dos auditores nos julgamentos de materialidade. *Diário de Auditoria Gerencial*.

Holovach, V., & Holovach, T. (2022). The concept of the auditor professional skepticism and its genesis. *Economics. Finances. Law*.

Hung, P.H. (2023). The Influence of Cultural, Legal and Institutional Factors on Auditors' Roles, Responsibilities and Perceptions of Audit Quality. *European Journal of Theoretical and Applied Sciences*, 1(5), 1131-1145.

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*. (2018). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados (Edição 2018, Parte*

- I). Acedido em: https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-normativo_ifac/signed/manual%20de%20normas%201_oroc_2019.pdf
- IAASB, IFA. (2023). *ED-500 response*. Acedido em: <https://www.iaasb.org/sites/default/files/2023-04/ED-500%20Response%20GTIL%20final%20for%20submission.pdf>
- IAASB. (2022). *Exposure Draft: Proposed International Standard on Auditing 500 (Revised)*
- IFAC - International Federation of Accountants. (2021). *Handbook of International Quality Control, Auditing Review, Other Assurance and Related Services Pronouncements (Volume I)*. Acedido em: <https://www.iaasb.org/publications/2021-handbook-international-quality-control-auditing-review-other-assurance-and-related-services>
- Indah, S. (2022). The effect of auditor competence and independence on audit quality. *Indonesia Auditing Research Journal*.
- ISA 200 - Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria. *Manual do Revisor Oficial de Contas*.
- ISA 240 - As responsabilidades do auditor relativas a fraude numa auditoria de demonstrações financeiras. *Manual das normas internacionais de controlo de qualidade, auditoria, revisão, outros trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços relacionados. Parte I (2018). Manual do Revisor Oficial de Contas*.
- ISA 250 - Consideração de leis e regulamentos numa auditoria de demonstrações financeiras. *Manual do Revisor Oficial de Contas*.
- ISA 315 - Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente. *Manual do Revisor Oficial de Contas*.
- ISA 450 - Avaliação de distorções identificadas durante a auditoria. *Manual do Revisor Oficial de Contas*.
- ISA 500 - Prova de auditoria. *Manual do Revisor Oficial de Contas*
- Ivakhnenkov, S. (2023). Aplicação de inteligência artificial em auditoria. *Artigos Científicos NaUKMA. Economia*.

- Janssen, S., Hardies, K., Vanstraelen, A., & Zehms, K. (2021). Ceticismo profissional dos auditores: traços, intenções comportamentais e ações. *DecisionSciRN: Personalidade e tomada de decisão (tópico)*.
- Keyser, J. (2020). A Historical Assessment of a Key Auditor Independence Policy: Auditing Your Own Work. *The Accounting historians journal*.
- Korol, S., & Klochko, A. (2020). Digital technologies in Accounting and Auditing. *State and regions. Series: Economics and Business*.
- KPMG International. (2023). *Comment letter on IAASB ED 500 Audit Evidence*. Acedido em: <https://www.iaasb.org/sites/default/files/2023-04/KPMG-I%20comment%20letter%20on%20IAASB%20ED%20500%20Audit%20Evidence%20final%20signed%20pdf.pdf>
- Lindgren, B., Lundman, B., & Graneheim, U. (2020). Abstração e interpretação durante o processo qualitativo de análise de conteúdo. *International Journal of Nursing Studies*, 108, 103632.
- Munoko, I., Brown-Liburd, H. L., & Vasarhelyi, M. (2020). The ethical implications of using artificial intelligence in auditing. *Journal of Business Ethics*, 167, 209–234.
- Nasrah, H., Muda, I. e Kesuma, S. (2023). Adoção de ferramentas e técnicas de auditoria assistida por computador: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Internacional de Serviço Social e Pesquisa*.
- Natita, R. e Maryani, N. (2023). O efeito da comunicação online e do uso de sistemas de informação na qualidade da auditoria. *Jornal Internacional de Pesquisa Quantitativa e Modelagem*.
- Oliveira, N. (2023). A percepção dos auditores sobre a digitalização da auditoria.
- PCAOB. (2023). SPOTLIHGT – *Professional competence and skepticism are essential to quality audits*. Acedido em: <https://pcaobus.org/documents/competence-and-skepticism-spotlight.pdf>
- Prodanov, C., & Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*.

- PwC Network. (2023). *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB): ISA 500 PwC Network response letter [Carta de resposta da rede PwC para o International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB): ISA 500]*. Acedido em: <https://www.iaasb.org/sites/default/files/2023-04/ISA%20500%20PwC%20Network%20response%20letter%20-%20Final%20For%20Submission.pdf>
- PwC. (2016). Technology in the PwC audit. Acedido em: <https://www.pwchk.com/en/audit-assurance/technology-in-pwc-audit.pdf>
- PwC. (2018). *Harnessing the power of AI to transform the detection of fraud and error*. Acedido em: <https://www.PwC.com/gx/en/about/stories-from-across-the-world/harnessing-the-power-of-ai-to-transform-the-detection-of-fraud-and-error.html>.
- Ramos, G., Roque, A., & Alves, M. (2024). A Inteligência Artificial na Contabilidade: Uma Revisão Teórica. *XXXI Congresso Internacional European Business Ethics Network*.
- Silva, A. (2022). *Relatório de estágio – Julgamento profissional: Importância no trabalho de auditoria*.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). Como fazer investigação, dissertações, tese e relatórios. *Lisboa: Pactor*.
- Stefan-Duicu, A., & Stefan-Duicu, V. (2015). Using the Professional Judgment within the Financial Auditor Profession. *Global Economic Observer*, 3(1), 141-143.
- Tiberius, V., & Hirth, S. (2019). Impacts of digitization on auditing: A Delphi study for Germany. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 37, 100288.
- World Economic Forum. (2015). *Deep shift: Technology tipping points and societal impact*. Acedido em: <https://www.weforum.org/publications/deep-shift-technology-tipping-points-and-societal-impact/>
- Xu, G., Yang, C., & Fukofuka, P. (2023). Professional Skepticism in Practice: An Analysis of Auditors' Stories. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*.

Anexo I – Análise feitos pelo ASD, na importação do SAF-T.

Verificações de Diário

Código	Verificação	Número Incidências
Contas-1	Verificar número de Dígitos das Contas	
Contas-2	Verificar Contas inexistentes no Plano Contas	5
Contas-3	Verificar Contas sem índice de Balanço	1
Contas-4	Verificar Contas com Saldo contrário à sua natureza	17
Contas-5	Verificar o Saldo da Conta de Resultados	
Informação-1	Média de registos por número de lançamento	
Informação-2	Registos por grupo de Contas de Plano Contas	
Lançamentos-1	Verificar quebra de sequência do número de Lançamento	
Lançamentos-2	Verificar diferenças no Débito-Crédito por número de Lançamento	
Lançamentos-3	Verificar diferenças no Débito-Crédito por número de Documento	
Registos-1	Verificar registos sem número de Lançamento	
Registos-2	Verificar Registos sem Conta	
Registos-3	Verificar Registos com data vazia ou incorreta	
Registos-4	Verificar Registos realizados em dias não úteis	17.079
Registos-5	Verificar Registos sem valor no Débito nem no Crédito	1
Registos-6	Verificar Registos com valor tanto no Débito como no Crédito	
Registos-7	Verificar Registos com Débito ou Crédito negativo	

Código	Verificação	Número Incidências
Contas-1	Verificar número de Dígitos das Contas	
Contas-2	Verificar Contas inexistentes no Plano Contas	4
Contas-3	Verificar Contas sem índice de Balanço	
Contas-4	Verificar Contas com Saldo contrário à sua natureza	22
Contas-5	Verificar o Saldo da Conta de Resultados	
Informação-1	Média de registos por número de lançamento	
Informação-2	Registos por grupo de Contas de Plano Contas	
Lançamentos-1	Verificar quebra de sequência do número de Lançamento	
Lançamentos-2	Verificar diferenças no Débito-Crédito por número de Lançamento	
Lançamentos-3	Verificar diferenças no Débito-Crédito por número de Documento	1
Registos-1	Verificar registos sem número de Lançamento	
Registos-2	Verificar Registos sem Conta	
Registos-3	Verificar Registos com data vazia ou incorreta	
Registos-4	Verificar Registos realizados em dias não úteis	44.493
Registos-5	Verificar Registos sem valor no Débito nem no Crédito	
Registos-6	Verificar Registos com valor tanto no Débito como no Crédito	
Registos-7	Verificar Registos com Débito ou Crédito negativo	2

Anexo II – Índice ASD

WP	Descrição
AG	ARQUIVO GERAL
AG)05	Branqueamento de Capitais / Questionário Risco de Fraude
AG)06	Procedimentos Alternativos (Revisão Analítica - AG)06.7)
AG)13	Resposta dos Advogados
AG)14	Acontecimentos Subsequentes (Questionário)
AG)15	Continuidade (Questionário)
AG)19	Outros Questionários (Fiscal, ...)
AG)24	ASM/ARM, Balancetes, Extratos, ...
AG)25	Circularização de Terceiros
AG)26	Relatório e Contas (Drafts e Definitivos)
A	ATIVO
A1	Ativo não corrente
A1A	Ativos fixos tangíveis
A1B	Propriedades de investimento
A1C	Goodwill
A1D	Ativos intangíveis
A1E	Ativos biológicos
A1F	Participações financeiras - método da equivalência patrimonial
A1G	Outros investimentos financeiros
A1I	Créditos a receber
A1J	Ativos por impostos diferidos
A2	Ativo corrente
A2A	Inventários
A2B	Ativos biológicos
A2C	Cientes
A2E	Estado e outros entes públicos
A2F	Capital subscrito e não realizado
A2G	Outros créditos a receber
A2H	Diferimentos

A2I	Ativos financeiros detidos para negociação
A2J	Outros ativos financeiros
A2K	Ativos não correntes detidos para venda
A2L	Caixa e depósitos bancários
P	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO
P1	Capital próprio
P1A	Capital subscrito
P1B	Ações (quotas) próprias
P1C	Outros instrumentos de capital próprio
P1D	Prémios de emissão
P1E	Reservas legais
P1F	Outras reservas
P1G	Resultados transitados
P1I	Excedentes de revalorização
P1J	Ajustamentos / outras variações no capital próprio
P1K	Resultado líquido do período
P1L	Interesses que não controlam
P2	Passivo não corrente
P2A	Provisões
P2B	Financiamentos obtidos
P2C	Responsabilidades por benefícios pós-emprego
P2D	Passivos por impostos diferidos
P2E	Outras dívidas a pagar
P3	Passivo corrente
P3A	Fornecedores
P3B	Adiantamentos de clientes
P3C	Estado e outros entes públicos
P3E	Financiamentos obtidos
P3F	Outras dívidas a pagar
P3G	Diferimentos
P3H	Passivos financeiros detidos para negociação
P3I	Outros passivos financeiros
P3J	Passivos não correntes detidos para venda
R	RENDIMENTOS E GASTOS
RA	Vendas e serviços prestados
RB	Subsídios à exploração
RC	Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos
RD	Variação nos inventários da produção
RE	Trabalhos para a própria entidade
RF	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
RG	Fornecimentos e serviços externos
RH	Gastos com o pessoal
RI	Imparidades de inventários (perdas/reversões)
RJ	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
RK	Provisões (aumentos/reduções)
RL	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
RM	Aumentos/reduções de justo valor
RN	Outros rendimentos
RO	Outros gastos
RP	Gastos/reversões de depreciação e de amortização
RQ	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
RR	Juros e rendimentos similares obtidos
RS	Juros e gastos similares suportados
RT	Imposto sobre o rendimento do período